



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 090

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 090**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Indicações	03
Questões de Ordem.....	04
Requerimentos	05
Projetos de Lei	14
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	15
Dep. José Domingos Scarpellini	16
Dep. Elio Rusch	16
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	18
Liderança do PPS:	
Dep. Marcos Isfer.....	17
Liderança do Governo:	
Dep. José Maria Ferreira	22
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni	24
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	25
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)	25
Redação Final.....	26
2ª Discussão	27
1ª Discussão	28
Discussão Única (Proposições) .	28
Requerimentos	32
Encerramento da Sessão Ordinária.....	33
Transcrições.....	33

084ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE AGOSTO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Francisco Bühner, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (37). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Vargas, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos e Tadeu Veneri (15); em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia e o Sr. Deputado Jocelito Canto (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 145/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 206/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, por ter sido, tal como está, julgado desnecessário, portanto contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 146/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 147/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 229/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 148/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 149/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 328/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 150/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 203/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, por julgá-lo contrário aos interesses públicos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 151/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRAL-

MENTE o Projeto de Lei nº 217/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 152/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 226/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 153/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, o Projeto de Lei nº 305/2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 121/2005, do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente de Negócios Curitiba Norte, comunicando contrato celebrado entre a EMATER e a Caixa Econômica Federal, com a finalidade de Mobilização e Capacitação de Conselheiros e Agentes de Desenvolvimento Sustentável do Território Paraná Centro, no valor de R\$ 59.940,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta reais) e o valor de R\$ 14.985,00 (quatorze mil, novecentos e oitenta e cinco reais) como contrapartida. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO

Sr. Presidente:

A Deputada Luciana Rafagnin, Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, que ao final subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem INDICAR os nomes dos Deputados que irão compor a Frente Parlamentar de acompanhamento de implantação de Usinas Hidrelétricas no Paraná, sendo da seguinte forma:

Luciana Rafagnin - PT

Marcos Isfer - PPS

Padre Paulo Campos - PT

José Maria Ferreira - PMDB

Augustinho Zucchi - PDT

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO

Ofício nº 078/2005

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Em função da desfiliação do Deputado Ailton Araújo, do PTB, membro da CCJ desta Casa, com base no artigo 44, parágrafo 5º, inciso V, do Regimento Interno, vimos indicar o Deputado Carlos Simões, em substituição ao referido Parlamentar na Comissão de Constituição e Justiça, representando o Partido Trabalhista Brasileiro.

Na oportunidade renovamos as nossas homenagens de consideração e respeito.

Atenciosamente,

Deputado CARLOS SIMÕES

Questões de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, eminente Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

Carlos Simões, Deputado Estadual, Líder do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, especialmente o artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, vem respeitosamente perante V. Exa., constituir Questão de Ordem, pelas razões de fato e de direito que passam a ser expostas.

I - Os Fatos

O PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, indicou para compor as Comissões Permanentes desta Casa, Deputados então pertencentes ao seu quadro de filiação.

Isso porque a Constituição Federal preocupou-se em determinar em seu artigo 58, parágrafo 1º que “na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa”.

Demais disso, o dispositivo fora igualmente colacionado pela Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

Art. 62. A Assembléia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Constituição, no Regimento Interno, ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º Na constituição da Mesa e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, ou dos blocos parlamentares que participam da Assembléia Legislativa.

Ocorre que, em meados do corrente ano, o Deputado Ailton Araújo, então indicado pelo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro -, para a composição da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça -, desta Casa, deixou o partido pelo qual fora indicado, não mais pertencendo a esta Bancada. Filiou-se, então, ao PPS - Partido Popular Socialista.

Com isso, restou configurada a desproporcionalidade, objeto da presente Questão de Ordem.

II. A Questão de Ordem

A dúvida concerne no procedimento a ser adotado pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a partir da saída do Deputado Ailton Araújo do PTB.

A Lei Federal nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre Partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição Federal, determina expressamente em seu artigo 26:

Art. 26. Perde automaticamente a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o Parlamentar que deixar o Partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

Pois bem. Dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Seção VI

Das Vagas e Impedimentos

Art. 44. As vagas nas comissões verificar-se-ão:

.....

§ 6º Será considerada vaga a cadeira de membro da Comissão quando o Deputado deixar o partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar, no prazo de dez dias, novo representante.

Remetendo-se ao parágrafo 4º do mesmo artigo:

§ 4º O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

Sendo assim, Excelência, questiona-se acerca do cumprimento dos dispositivos epígrafados, além do disposto na Lei Federal 9.096/95, bem como a atual situação do Deputado Estadual Ailton Araújo e do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão de Constituição e Justiça.

III. Requerimento Final

Pelo exposto,

Considerando-se requerimento apresentado por este Deputado, o qual solicita a substituição do Deputado Ailton Araújo por Deputado pertencente ao PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;

Considerando-se o taxativo prazo do parágrafo 4º do artigo 44, do Regimento Interno;

Considerando-se a determinação do parágrafo 6º do artigo 44 do Regimento Interno e do artigo 26 da Lei Federal nº 9.096/95;

Considerando-se, ainda, a prerrogativa parlamentar prevista pelo parágrafo 4º do artigo 104 do Regimento Interno, *(em qualquer fase da Sessão poderá o Deputado solicitar “Pela Ordem”... para reclamar a observância de disposição expressa no Regimento Interno)*;

Requer seja dirimida a dúvida suscitada.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

Deputado Estadual

Líder do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

QUESTÃO DE ORDEM

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, eminente Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

O Líder do Governo, em complementação à Questão de Ordem argüida pelo Líder do PTB, eminente Deputado Carlos Simões, acrescenta, ainda, que

o artigo 27 do Regimento Interno estabelece o seguinte:

Art. 27. Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados. (grifo nosso).

Dessa forma, a Liderança do Governo entende que o Deputado Carlos Simões tem o direito de representar o Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, conforme solicitado por intermédio do Ofício nº 078/2005, de 23 de agosto de 2005, protocolado no Plenário desta Assembléia Legislativa pelo Líder do PTB.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Líder do Governo

OFÍCIO Nº 078/2005

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Em função da desfiliação do Deputado Ailton Araújo, do PTB, membro da CCJ desta Casa, com base no artigo 44, parágrafo 5º, inciso V, do Regimento Interno, vimos indicar o Deputado Carlos Simões, em substituição ao referido Parlamentar na Comissão de Constituição e Justiça, representando o Partido Trabalhista Brasileiro.

Na oportunidade renovamos as nossas homenagens de consideração e respeito.

Atenciosamente,

Deputado CARLOS SIMÕES

Líder do PTB

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2527

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 457/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do Município de São Sebastião da Amoreira, imóvel situado na zona suburbana da cidade, doado para o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Nereu Moura, que susta os efeitos do acordo de acionistas da SANEPAR, celebrado em 04 de setembro de 1998,

entre o Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2552

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 518/2005, de autoria do nobre Deputado Waldir Leite, tendo em vista a existência da Lei nº 4.706, alterada pela Lei nº 10.535, que regulamenta a matéria (declaração de bens).

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2499

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 519/2005, de autoria do nobre Deputado Waldir Leite, tendo em vista a existência das Leis nºs 11.273, 12.026, 12.296, 12.338 e 13.198, que regulamentam a matéria (campanha anti-drogas).

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 520/2005, de autoria do nobre Deputado Waldir Leite, tendo em vista a existência da Lei nº 14.037, que regulamenta a matéria (Código de Proteção aos Animais).

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 521/2005, de autoria do nobre Deputado Waldir Leite, tendo em vista a existência da Lei nº 12.970, que regula-

menta a matéria (proíbe depósitos prévios para internação em hospitais).

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 513/2005, de autoria do nobre Deputado Waldir Leite, tendo em vista a existência da Lei nº 12.493, que regula a matéria (resíduos urbanos).

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2529

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 11, 12 e 13 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Cida Borghetti.

REQUERIMENTO Nº 2546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 12, 13 e 14 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam incluídos na pauta da próxima Sessão Plenária, os Projetos de Lei nº 373/2003 e 643/2003, que concedem o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná aos Srs. Pe. Wilton Moraes Lopes e Carlos Hugo Wolff Von Graffen, respectivamente, ambos com parecer favorável das Comissões pertinentes.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2550

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de setembro (quinta-feira), para logo

após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2508

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo, na 2ª Conferência Estadual das Cidades, no Município de Foz do Iguaçu nos dias 22 e 23 de setembro, onde participará como delegado.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Governo Nacional, por meio de Decreto Federal e do Ministério das Cidades, determinou o início do processo para a 2ª Conferência das Cidades nos municípios e estados do Brasil, cujo lema este ano será “Reforma Urbana: Cidade Para Todos”, sob o tema “Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano”.

Nessas conferências, que reúnem os Poderes Executivos e Legislativos, movimentos sociais e populares, entidades de classe, empresários, universidades, ONG's, instituições de pesquisa, entre outros. Serão tratadas questões relacionadas ao saneamento ambiental, habitação, planejamento territorial urbano, transporte, mobilidade urbana e trânsito, cujos resultados servirão de base para a proposição de diretrizes à Política de Desenvolvimento Urbano, delineada na conferência de âmbito nacional, a ser realizada em dezembro de 2005.

Além de diretrizes para a Política Urbana Nacional, a expectativa do Ministério é de que as conferências sirvam para a formação de Conselhos das Cidades, tanto nos estados como nos municípios, uma vez que o nacional já existe desde 2003, com 71 membros, eleitos por delegados designados nas conferências municipais e estaduais realizadas naquele ano.

REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER que o Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, designe este Deputado como representante da Assembléia Legislativa na solenidade “Ibiporã comemora 30 anos da EMBRAPA-Soja”, a realizar-se às 08h00 do dia 03 de setembro de 2005, no Cine Teatro Padre José Zanelli, em Ibiporã.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a realização de Sessão Especial, após ouvido o duto Plenário, no dia 03 de outubro de 2005, às 17h00, em comemoração à Semana Nacional de Ciências e Tecnologia e entrega do 19º Prêmio Paranaense de Ciências e Tecnologia do Estado do Paraná, com a presença do Secretário de Estado de Ciências e Tecnologia e Ensino Superior, Sr. Aldair Rizzi, Diretores, Reitores e professores.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Em 2004 foi realizada a primeira Semana de Ciência e Tecnologia, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia e com a colaboração e a participação de instituições e entidades de todo o País. Foram mobilizadas mais de quinhentas instituições de ensino e pesquisa e 1842 atividades aconteceram em 252 municípios.

Em 2005, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia atingirá número bem maior de municípios e envolverá mais universidades, escolas e instituições científicas e tecnológicas. Mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades científicas, valorizando a criatividade, a atitude científica e a inovação, além de destacar a importância da ciência e da tecnologia para a vida de cada um e para o desenvolvimento do País. Estimular a melhoria do ensino das ciências e da matemática nos diversos níveis de ensino. Contribuir para que a população possa conhecer e discutir os resultados, a relevância e o impacto das pesquisas científicas e tecnológicas e suas aplicações.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia tem como tema, em 2005, a água, e ocorrerá entre 3 e 9 de outubro, sendo coordenada no Estado do Paraná pela Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

A realização de uma Sessão Especial Comemorativa na Assembléia Legislativa do Paraná terá como objetivo a inauguração da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Paraná e contemplará também a solenidade de entrega do 19º Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia.

REQUERIMENTO Nº 2515

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja designado o dia 04 (quatro) de novembro de 2005, no Município de Maringá, a outorga do título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Adriano José Valente.

O título em questão foi concedido através da Lei 12.078, de 11 de março de 1998, através de projeto de lei

de autoria do ex-Deputado Marquinhos Alves. Contudo, ainda não foi feita a entrega do título.

A Sessão Solene está marcada para a referida data, às 20h00, no Moinho Vermelho, em Maringá.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que a Sessão Solene de outorga do título de Cidadão Honorário ao Sr. Irineo da Costa Rodrigues, Lei nº 14.579, seja realizada dia 01 de dezembro do corrente, no Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 63 anos, do Padre Carmel Bezzina, da Paróquia Nossa senhora Auxiliadora, no último dia 29.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de ontem, do jornalista Nicanor Ramos Filho, ex-editor do jornal "O Estado do Paraná", do Grupo Paulo Pimentel. O sepultamento será realizado hoje, às 17 horas, no Cemitério Parque Iguaçu.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wacilio Melnick, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lilia Araújo Pontoni, aos 92 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Carlos Burigo, aos 55 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2514

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçado voto de congratulações ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, em razão da edição de Decreto que inclui questões relativas aos direitos das crianças e dos adolescentes em todos os concursos públicos do Governo do Estado do Paraná.

Já no próximo concurso para a contratação de policiais militares serão cobrados conhecimentos sobre os direitos da criança e do adolescente.

É fundamental lembrar o preconceito que existe no tratamento dos direitos da mulher, da criança e do adolescente, fazendo com que a violência contra essa faixa da população seja de difícil combate. Esses preconceitos

estão arraigados na sociedade e é necessário trabalho de educação para essa mudança.

Trata-se de efetivamente proteger a família e o respeito aos direitos básicos de seus integrantes.

Em conjunto com a operação da Polícia Rodoviária Federal, essa ação do Governo do Estado, demonstra a vontade de conferir atenção especial para esse problema que aflige a sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçado voto de congratulações ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando dos mesmos a manutenção de plantões no NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, haja vista que esse órgão só funciona durante o dia.

As atividades desenvolvidas nessa Delegacia Especializada são essenciais e a população encarece o oferecimento de plantões, possibilitando o acesso das crianças e adolescentes vítimas de crimes.

A execução de plantões efetivamente tornará o NUCRIA uma referência para a população.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Pastor Gilberto Stêvão.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação ao Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina, pelos 20 anos de suas fundação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, em nome do seu Coordenador Prof. Dr. Eduardo Judas Barros, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de louvor ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na pessoa do Presidente, Dr. Tadeu Marino de Loyola Costa; à 4ª Vara de Família de Curitiba, na pessoa da Dra. Joeci Machado Camargo, Juíza e Coordenadora do Programa; à Vara de Família de Foz do Iguaçu, na pessoa da Juíza Dra. Flávia Vieira Teixeira; à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, nas pessoas do Prefeito Municipal, Sr. Paulo Mac Donald Ghisi e da Procuradora Geral do Município Dra. Gláucia Maria Ascoli; à Uniamérica, na pessoa da diretora, Sra. Norma Golfeto; à UDC - União Dinâmica Cataratas, na pessoa da diretora, Sra. Rosicler Hauagge do Prado; à UNIFOZ, na pessoa do diretor, Professor Acir Bueno de Camargo, pela realização do Programa Justiça no Bairro, realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto do corrente, no Município de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos homenageados nos seguintes endereços, respectivamente: Palácio da Justiça - Pç. N. Sra. da Salete s/nº, CEP 80530-911, Curitiba/PR; 4ª Vara de Família - Av. Cândido de Abreu, 530, 80.530-000, Curitiba/PR; Vara de Família de Foz - Av. Pedro Basso, 1001, CEP 85.863-756, Foz do Iguaçu/PR; Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - Pç. Getúlio Vargas, 280, CEP 85.851-340; Uniamérica - Av. Tarquínio Joslin Santos, 1000, CEP 85.870-400, Foz do Iguaçu/PR, U.D.C. - Rua Castelo Branco, 349, CEP 85.852-010, Foz do Iguaçu/PR; Unifoz - Al. Rui Ferreira, 164, CEP 85.851-400, Foz do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O “Justiça nos Bairros”, é um programa idealizado pelo Poder Judiciário, e realizado em parceria com o município de Foz do Iguaçu.

Este programa visa a responsabilidade social do Poder Judiciário e é direcionado à população carente e desprovida de condições econômicas. Atendeu gratuitamente cerca de 2 mil pessoas, em casos de separação, casamentos comunitários, divórcio, emissão de carteiras de trabalho e de identidade, orientação médica e odontológica, entre outros.

Também é de se ressaltar a participação de diversas outras entidades para a consecução dos seus objetivos, coroando de êxito esta brilhante iniciativa.

REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Aldo José Parzianello, encaminhando correspondência do Sr. Gláu-

cio Borba Coelho, Presidente do SINDASPEN - Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Exmo. Sr. Cel. David Antonio Pancotti, encaminhando cópia da reportagem publicada na Folha de Londrina, do dia 30.08, Caderno Cidades, página 4, e solicitando apuração dos fatos tratados. Segue também cópia de correspondência encaminhada pela Sra. Vera Rubbo.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, encaminhando cópia da reportagem publicada na Folha de Londrina do dia 30.08, Caderno Cidades, página 4 e solicitando providências para as questões tratadas.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando apuração dos fatos ocorridos em Cambé, divulgados no jornal Nossa Cidade, de 26.08.2005: “Polícia investiga a divulgação de fotos íntimas de casal cambeense”.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Luiz Cláudio Romanelli, solicitando a construção de 50 casas populares no Município de Diamante D'Oeste.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Diamante D'Oeste conta com uma população em sua maioria de famílias de baixa renda,

com um elevado déficit habitacional, motivo que nos leva a solicitar à COHAPAR, atendendo pleito dos Vereadores Esmael Aparecido de Carvalho e Renato Antonio Pereira, a construção de residências populares visando atender à população menos favorecida daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação, Ilmo. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, Diretora-Presidente da FUNDEPAR, solicitando a construção da cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos do Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Desejamos com a referida proposição oferecer ao corpo docente e discente do Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos melhores condições para o desenvolvimento das atividades ligadas à prática do desporto e nas aulas de educação física, tendo em vista tratar-se de estabelecimento localizado em região onde o clima é predominantemente de altas temperaturas.

REQUERIMENTO Nº 2498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Comunicação Social, solicitando informações sobre o valor pago, nos anos de 2004 e 2005, para a Editora 3ª Via da Comunicação Ltda.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2507

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, o envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor-Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a construção de uma trincheira ou viaduto na Estrada Centenária do Bairro, na Comunidade Água Clara, Município de Piraquara.

A comunidade de Água Clara, manifestando a necessidade de providências para o local, apresentou através de abaixo assinado, a reivindicação da população para a construção da referida obra, considerando que os moradores da região, com a passagem do Contorno Leste, ficaram isolados e sem acesso a transportes

coletivos, sendo desta forma, prejudicados no seu dia-a-dia.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando urgência na abertura de licitação para a duplicação de rodovia no trecho compreendido entre Maringá e Paiçandu.

Por tratar-se de um trecho bastante curto e de custo tão insignificante pela importância que representa a duplicação, não só para a segurança dos motoristas, como também, pela facilidade que oferecerá aos moradores de Paiçandu que utilizam o comércio e a indústria de Maringá para a sua sobrevivência.

Como se trata de uma promessa do Sr. Governador a duplicação daquele trecho, encarecemos a urgência da abertura da licitação.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando que o mesmo proceda a estudos técnicos sobre a possibilidade de ceder em doação, ao Município de Maringá, parte do terreno do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, daquele município.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O terreno pertencente ao DER em Maringá é bastante extenso, estando até com parte dele ocioso, e, o plano do Prefeito Sílvio Barros II é construir naquele local um Posto de Saúde que atenderá às necessidades da população mais carente do Bairro Vila Nova.

Por anos os moradores do Bairro Vila Nova estão reivindicando a construção de uma Unidade de Saúde para o atendimento dos menos favorecidos pela sorte.

Se o Sr. Secretário dos Transportes se sensibilizar com o pedido, poderá remeter uma mensagem de doação de parte do terreno, o que possibilitará a construção dessa Unidade de Saúde, resolvendo o problema e os anseios da população do Bairro Vila Nova no Município de Maringá.

REQUERIMENTO Nº 2539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto

Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Diretor Geral, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando providências urgentes, no sentido de ser procedido o recapeamento da pavimentação asfáltica na estrada que liga o Município de Marialva ao Distrito de Aquidabam.

Justifica o seu pedido no fato de que a pista de rolamento daquela estrada encontrar-se bastante danificada, provocando acidentes constantes naquele setor, causando danos materiais de elevada monta nos veículos que por lá trafegam, além de colocar em risco a vida dos motoristas e passageiros.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2537

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Marino Elígio Gonçalves, Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA, solicitando daquela autoridade providências no sentido de se efetuar estudos para o controle e manejo da espécie Pomba-Amargosa, respeitando-se, evidentemente, as exigências da Lei da Biodiversidade em vigor no País.

Da mesma maneira, solicita estudos para se saber da viabilidade do controle dos pombos que proliferam nas redondezas dos aeroportos do Estado do Paraná, colocando em risco todas as vidas que utilizam o transporte aéreo em nosso Estado.

O controle e manejo dessas espécies e de outras que são amparadas por lei ambiental, é uma responsabilidade do IBAMA, que precisa tomar todos os cuidados necessários para o controle e manejo dessas aves, também no que se refere à saúde da população, uma vez que as fezes dessas aves são cientificamente comprovadas como nocivas à saúde.

Como se nota, o problema é altamente preocupante e precisa ser cuidado como forma preventiva de manutenção da saúde pública.

Sugere a realização de uma ampla discussão com a sociedade e seus técnicos, visando uma atitude que possa coibir essa proliferação, sem desrespeito à Lei do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2547

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE sejam alertadas S. Exas., as autoridades públicas a seguir mencionadas, sobre o estado de risco - de imediata ruína e destruição, em que se encontra o histórico Paço Municipal de Curitiba, também conhecido como Paço da Liberdade, na Praça Generoso Marques, nesta cidade, capital do Estado: Sr. Prefeito Municipal de Curitiba; Sr. Governador do Estado; Sra. Secretária de

Estado da Cultura; Sra. Coordenadora do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná; Sr. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Srs. Presidentes do IPPUC e da Fundação Cultural de Curitiba; Sr. Ministro de Estado da Cultura; Sr. Coordenador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Comando de Policiamento da Capital do Paraná; Comando da Guarda Municipal de Curitiba; Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná; Sr. Procurador Estadual do Meio Ambiente; Sr. Procurador Chefe do Ministério Público Estadual; e Sr. Procurador Chefe do Ministério Público Federal.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário lembrar às autoridades responsáveis as suas severas obrigações para com a preservação dos bens culturais, sobremaneira aqueles listados no Patrimônio Histórico da Nação Brasileira.

Único imóvel de Curitiba considerado Patrimônio Histórico Nacional, tombado pelo IPHAN, o Paço Municipal foi sede da Prefeitura de Curitiba desde a gestão do Prefeito Cândido de Abreu, nos idos de 1912-1915, até a gestão Omar Sabagg, nos anos 70 do século XX.

No ano de 1945 ali foram aclamados os pracinhas, heróis da liberdade. Nos anos 60, o então Prefeito Iberê de Mattos, ali reuniu o povo nas históricas “Brigadas da Legalidade”, pela posse do Presidente Jango Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros.

O referido Paço sediou o Museu Paranaense, removido para sede definitiva, em 1996.

Seria destinado, no plano de cidade, a voltar a ser sede do governo municipal, “Hotel de Ville”, símbolo da cidadania. Feliz uso para um grande edifício, belo, verdadeiro e bom.

Abandono atual - Sem conhecer restauro, com os estuques estilhaçados, desde o final de julho de 2005 o Paço encontra-se sem guarda própria, abandonado. Segundo relato do engenheiro Jorge Derviche Filho, comerciante estabelecido defronte o Paço, na Praça Generoso Marques, em carta a este Deputado e à Gazeta do Povo, todas as noites, súcia de desocupados ali tem realizado rodas de fumo e álcool, em fogueiras improvisadas sobre os assoalhos de madeiras raras, o fumo da fogueira - feita com lenha feita de detalhes dos entalhes de “boiseries art-nouveau” - sórdida fumaça empestar os tetos pintados em afresco pelo pintor italiano Guelfi.

Vergonhoso abandono - Corre o risco o palácio construído, a partir de 1912, com refinamento, pelo grande Prefeito urbanista Cândido de Abreu, segundo a traça do arquiteto francês Lacombe, com afrescos de Guelfi, cantarias de granito de Raphael Francoso Greca, vitrais em bisotée, e espelhos em cristais antigos, lambris e entalhes em madeiras raras da famosa Escola de Mobiliário Curitibano, lustres art-nouveau, e portais encimados pelo sagrado brasão de Curitiba.

O detalhe é que pioramos a olhos vistos. Em 1912 aquela geração de curitibanos fez este palácio por subs-

crição popular, com a venda de debêntures compradas pelos cidadãos em benefício da cidade. Hoje sequer conseguimos cumprir as leis de preservação.

REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua João Martinski - Bairro Cajuru, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nessa rua e nos arredores.

Ocorrem assaltos durante o dia nas residências e os moradores encontram-se apavorados, sem segurança alguma, motivo pelo qual pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Francisco Gorski, sito no Município de Campo Largo, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nesse bairro devido a falta de segurança no local.

Pedem também a implantação da Patrulha Escolar, que já foi anunciada e até agora inexistente no bairro. Os pais dos alunos encontram-se apreensivos e pedem agilização no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2553

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de retificar o nome da rua constante do Requerimento LCM/AL/22.854, datado de 16/08 do corrente, referente ao pedido dos moradores do Bairro de Santa Rita de Cássia - Município de Almirante Tamandaré.

O policiamento solicitado é para a Rua Joaquim Kruger e não Geraldo Kruger, como mencionado. Uma das residências situadas nessa rua já foi assaltada 10 (dez) vezes.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido do Sr. Amauri do Amparo Cordeiro, residente à Rua Simão Domacoski, nº 334 - Bairro Jardim Planalto, que solicita o desentupimento da rede de esgoto que passa em frente à sua residência.

Há dois meses que ele fez tal pedido, porém não atendido até a presente data. O problema vem causando muitos transtornos aos moradores, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 3699-2036.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, tomada de providência por parte do Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel David Antonio Pancotti no sentido de que seja observado o disposto na Lei Estadual nº 14.493 que assegura procedimento para a imediata busca de pessoas de 0 a 16 anos ou de qualquer idade se portadora de deficiência, quando noticiado seu desaparecimento.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Ontem fomos procurada pelos pais da menina Bruna Eduarda Alves, de apenas 2 anos, desaparecida sábado dia 27, em torno das 16h30min.

Durante a entrevista, realizada com os mesmos, verificamos consternados, a falta de informação em nossos meios policiais, tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil.

Tão logo deram conta do sumiço da menina, os pais chamaram uma viatura através do 190 por volta das 17h que compareceu no local as 19h. Ao invés de registrar a ocorrência, os policiais informaram os pais que deveriam aguardar 48 horas para fazer o relato do desaparecimento.

Não conformados dirigiram-se ao Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão, na Rua Wenceslau Braz, 3.978. Lá foram atendidos pelo Delegado de Plantão, Dr. Dirceu do Nascimento, que providenciou o registro da ocorrência, informando que iria ver o que poderia fazer, tendo orientado os pais a ligar para o número 197, para saber o telefone do SICRIDE - Serviço de Investigação da Criança Desaparecida, isto após indagar aos demais policiais ali presentes se alguém saberia o número do SICRIDE.

É inadmissível a forma com que a questão foi tratada pelas autoridades policiais. Num primeiro momento os pais não conseguiram sequer registrar o desaparecimento da própria filha, sendo orientados a aguardar 48 horas, e quando conseguiram ser atendidos pelo delegado, não se sabia informar o número do telefone do órgão policial competente para dar a devida atenção ao caso.

Não bastasse a flagrante falta de comunicação entre os órgãos de segurança na medida em que centro integrado sequer sabia o telefone de outro órgão de segurança, deixaram os policiais de cumprir legislação de nosso Estado.

Minha indignação decorre principalmente da não observância, por parte do Poder Executivo, no caso a Secretaria de Segurança Pública e seus órgãos, em fazer cumprir uma lei de minha autoria aprovada por esta Assembleia Legislativa.

A Lei nº 14.493 em vigor em nosso Estado determina a busca imediata de crianças de 0 a 16 anos caso seja noticiado o seu desaparecimento, portanto não existe mais em nosso Estado a necessidade que se espere 48, 24 ou 12 horas para que se inicie uma busca em caso de desaparecimento.

Inexplicavelmente, os policiais militares que atenderam à ocorrência, por absoluta falta de informação ou dolosamente, o que não se acredita, não respeitaram o estabelecido em lei, o que não pode ser admitido.

Não se pode permitir que uma lei, e conseqüentemente esta Casa, continue a ser desrespeitada. Desta forma, gostaria de solicitar ao Secretário, Luiz Fernando Delazari que sejam tomadas atitudes cabíveis para que os órgãos de segurança pública estejam informados e passem a observar e cumprir o disposto na Lei nº 14.493.

Na qualidade de fiscais do Poder Executivo, estaremos cobrando a observância das leis aprovadas nesta Casa.

REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, tomada de providência por parte do Exmo. Sr. Delegado Geral da Polícia Civil, Jorge Azor Pinto, no sentido de que seja observado o disposto na Lei Estadual nº 14.493 que assegura procedimento para a imediata busca de pessoas de 0 a 16 anos ou de qualquer idade se portadora de deficiência, quando noticiado seu desaparecimento.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Ontem fomos procuradas pelos pais da menina Bruna Eduarda Alves, de apenas 2 anos, desaparecida sábado dia 27, em torno das 16h30min.

Durante a entrevista, realizada com os mesmos, verificamos consternados, a falta de informação em nos-

sos meios policiais, tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil.

Tão logo deram conta do sumiço da menina, os pais chamaram uma viatura através do 190 por volta das 17h que compareceu no local as 19h. Ao invés de registrar a ocorrência, os policiais informaram os pais que deveriam aguardar 48 horas para fazer o relato do desaparecimento.

Não conformados dirigiram-se ao Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão, na Rua Wenceslau Braz, 3.978. Lá foram atendidos pelo Delegado de Plantão, Dr. Dirceu do Nascimento, que providenciou o registro da ocorrência, informando que iria ver o que poderia fazer, tendo orientado os pais a ligar para o número 197, para saber o telefone do SICRIDE - Serviço de Investigação da Criança Desaparecida, isto após indagar aos demais policiais ali presentes se alguém saberia o número do SICRIDE.

É inadmissível a forma com que a questão foi tratada pelas autoridades policiais. Num primeiro momento os pais não conseguiram sequer registrar o desaparecimento da própria filha, sendo orientados a aguardar 48 horas, e quando conseguiram ser atendidos pelo delegado, não se sabia informar o número do telefone do órgão policial competente para dar a devida atenção ao caso.

Não bastasse a flagrante falta de comunicação entre os órgãos de segurança na medida em que centro integrado sequer sabia o telefone de outro órgão de segurança, deixaram os policiais de cumprir legislação de nosso Estado.

Minha indignação decorre principalmente da não observância, por parte do Poder Executivo, no caso a Secretaria de Segurança Pública e seus órgãos, em fazer cumprir uma lei de minha autoria aprovada por esta Assembleia Legislativa.

A Lei nº 14.493 em vigor em nosso Estado determina a busca imediata de crianças de 0 a 16 anos caso seja noticiado o seu desaparecimento, portanto não existe mais em nosso Estado a necessidade que se espere 48, 24 ou 12 horas para que se inicie uma busca em caso de desaparecimento.

Inexplicavelmente, os policiais militares que atenderam à ocorrência, por absoluta falta de informação ou dolosamente, o que não se acredita, não respeitaram o estabelecido em lei, o que não pode ser admitido.

Não se pode permitir que uma lei, e conseqüentemente esta Casa, continue a ser desrespeitada. Desta forma, gostaria de solicitar ao Secretário, Luiz Fernando Delazari que sejam tomadas atitudes cabíveis para que os órgãos de segurança pública estejam informados e passem a observar e cumprir o disposto na Lei nº 14.493.

Na qualidade de fiscais do Poder Executivo, estaremos cobrando a observância das leis aprovadas nesta Casa.

REQUERIMENTO Nº 2561

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, tomada de providência por parte do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança, Luiz Fernando Delazari, no sentido de que seja observado o disposto na Lei Estadual nº 14.493 que assegura procedimento para a imediata busca de pessoas de 0 a 16 anos ou de qualquer idade se portadora de deficiência, quando noticiado seu desaparecimento.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Ontem fomos procuradas pelos pais da menina Bruna Eduarda Alves, de apenas 2 anos, desaparecida sábado dia 27, em torno das 16h30min.

Durante a entrevista, realizada com os mesmos, verificamos consternados, a falta de informação em nossos meios policiais, tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil.

Tão logo deram conta do sumiço da menina, os pais chamaram uma viatura através do 190 por volta das 17h que compareceu no local as 19h. Ao invés de registrar a ocorrência, os policiais informaram os pais que deveriam aguardar 48 horas para fazer o relato do desaparecimento.

Não conformados dirigiram-se ao Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão, na Rua Wenceslau Braz, 3.978. Lá foram atendidos pelo Delegado de Plantão, Dr. Dirceu do Nascimento, que providenciou o registro da ocorrência, informando que iria ver o que poderia fazer, tendo orientado os pais a ligar para o número 197, para saber o telefone do SICRIDE - Serviço de Investigação da Criança Desaparecida, isto após indagar aos demais policiais ali presentes se alguém saberia o número do SICRIDE.

É inadmissível a forma com que a questão foi tratada pelas autoridades policiais. Num primeiro momento os pais não conseguiram sequer registrar o desaparecimento da própria filha, sendo orientados a aguardar 48 horas, e quando conseguiram ser atendidos pelo delegado, não se sabia informar o número do telefone do órgão policial competente para dar a devida atenção ao caso.

Não bastasse a flagrante falta de comunicação entre os órgãos de segurança na medida em que centro integrado sequer sabia o telefone de outro órgão de segurança, deixaram os policiais de cumprir legislação de nosso Estado.

Minha indignação decorre principalmente da não observância, por parte do Poder Executivo, no caso a Secretaria de Segurança Pública e seus órgãos, em fazer cumprir uma lei de minha autoria aprovada por esta Assembléia Legislativa.

A Lei nº 14.493 em vigor em nosso Estado determina a busca imediata de crianças de 0 a 16 anos caso seja noticiado o seu desaparecimento, portanto não existe mais em nosso Estado a necessidade que se espere 48, 24

ou 12 horas para que se inicie uma busca em caso de desaparecimento.

Inexplicavelmente, os policiais militares que atenderam à ocorrência, por absoluta falta de informação ou dolosamente, o que não se acredita, não respeitaram o estabelecido em lei, o que não pode ser admitido.

Não se pode permitir que uma lei, e conseqüentemente esta Casa, continue a ser desrespeitada. Desta forma, gostaria de solicitar ao Secretário, Luiz Fernando Delazari que sejam tomadas atitudes cabíveis para que os órgãos de segurança pública estejam informados e passem a observar e cumprir o disposto na Lei nº 14.493.

Na qualidade de fiscais do Poder Executivo, estaremos cobrando a observância das leis aprovadas nesta Casa.

REQUERIMENTO Nº 2520

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REITERA, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado do Paraná e ao Procurador Geral do Estado, a solicitação de informação objeto do requerimento aprovado nesta Casa em 25 de abril deste ano, quanto à legalidade da lotação dos Agentes Administrativos do Departamento de Polícia Civil da SESP, conforme consta no Relatório de Cargos em Comissão, anexo ao ofício 223/2005, do Gabinete do Secretário da SESP, em face do que dispõe o artigo 2º da Lei nº 13.420/2002.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2535

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Sessão, o teor da “Carta de Curitiba”, documento conclusivo do III Congresso Brasileiro de Direito Internacional, recém-realizado nesta Capital, que se justifica pelo seu próprio conteúdo.

Requer mais, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento ao Coordenador Geral do Congresso, Prof. Wagner Menezes, Rua Monsenhor Celso, 154, 14º Sala 1412, CEP 80010-913, Curitiba.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Projeto de Lei**PROJETO DE LEI Nº 533/2005**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Em toda escola da rede pública estadual será fixado, obrigatoriamente, um quadro com os seguin-

tes trechos do texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme votado pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948:

I - Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal;

II - Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante;

III - São iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção a igual proteção da lei;

IV - A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado;

V - Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão;

VI - Todo homem tem direito à propriedade;

VII - Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e proteção contra o emprego;

VIII - Todo homem tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais.

Art. 2º Esse quadro será colocado em local protegido das intempéries da natureza, em superfície vertical, devendo estar obrigatoriamente iluminado à noite por meios artificiais, proporcionar ampla visibilidade àqueles que transitam na unidade de ensino e o texto impresso em tipos bem legíveis.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Educação adotará as medidas necessárias para o cumprimento desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O bem mais relevante de nossa existência sem dúvida é a vida. O bem mais relevante da vida é a felicidade do ser humano. A felicidade, conceito subjetivo, é atingido através de diversas outras relevâncias da existência, segundo o entendimento de cada um, como a liberdade, o amor, e principalmente a dignidade humana.

O bem mais relevante da dignidade humana é atingido através da garantia dos direitos universais do ser humano.

As crianças são a base fundamental da racionalidade humana, e é sábio tratar da infância com a devida informação do direito de cada um.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é a porta de entrada que insere a pessoa humana no Universo, garantindo-lhe dignidade em sua existência, com igualdade dentre todos.

A presente proposta visa dar asas ao Princípio da Publicidade, tendo como público alvo as crianças de todas as escolas da rede pública estadual, obrigando as

instituições a fixarem quadros contendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em sendo assim, conclamo os nobres Pares desta Casa de Leis a procederem o devido apoio à proposição que ora apresentamos, por se tratar de sugestão justa e fundamental às nossas crianças do Paraná.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A polícia que nós estamos vendo nas ruas é bem diferente da polícia que nós estamos assistindo, principalmente pela televisão, nas propagandas caras do Governo do Estado.

Eu recebo aqui um documento do Movimento das Esposas dos Policiais Militares, o MEPON assinado pela Presidente, Vera Rubbo, no qual denuncia as humilhações, os desmandos, tanto moral quanto físico que nenhum ser humano suporta, mas que estão sendo perpetrados por meia dúzia de instrutores da Academia Militar do Guatupê com sede nesta capital.

Este documento oficial já foi levado ao conhecimento da Ouvidoria do Governo do Estado no mês de abril, e cinco meses após essas denúncias, até o momento, o Movimento das Esposas dos Policiais Militares não recebeu qualquer tipo de resposta e nós estamos, na tarde de hoje, trazendo oficialmente, na tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, a nossa preocupação, inclusive, encaminhando ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Exmo. Sr. Coronel David Antonio Pancotti, cópia de uma reportagem que a imprensa divulgou e também a cópia do Ofício nº 076/2005, datado do dia 29 de agosto que eu também recebi da Sra. Vera. Um tratamento ao ser humano não pode ser feito de maneira torpe, principalmente por aqueles que têm obrigação de lidar com pessoas.

Onde está a Polícia Comunitária? Cadê a Polícia-cidadã que o Governo alardeia aos quatro ventos na propaganda oficial, humilhando, desmoralizando, fazendo trabalhos físicos além do que um ser humano suporta? Não é assim que nós vamos chegar nessa Polícia-cidadã que o Governador Roberto Requião fala tanto e acredita até mesmo, que isso aconteça mas o Sr. Governador, talvez o próprio Secretário da Segurança Pública ou mesmo o Comandante da Polícia Militar do Paraná com certeza não têm conhecimento desses fatos, os quais eu faço chegar a esta Casa na tarde de hoje.

Isso está na contramão da política do Governo do Estado e eu tenho obrigação de trazer essa denúncia que

eu reputo como grave, para o conhecimento das autoridades.

Pelo menos dezesseis Cabos dos 121 que estão frequentando o curso para promoção a Sargentos, na Academia Militar do Guatupê, denunciaram essas agressões morais e físicas, sofridas dentro da Academia para os seus familiares. Esses instrutores - aqui dizem que são três e eu até acredito que são, não são mais do que esses. A gente tem que frisar aqui o excelente trabalho que presta a Academia Militar do Guatupê e os bons não podem pagar pelos maus.

O SR. BARBOSA NETO

Portanto, estamos pedindo, através de requerimento, que o Governo do Estado faça aquilo que a Ouvidoria já deveria ter feito, mas se registrou essa denúncia, não sabemos se encaminhou, também não temos conhecimento, porque as respostas até o momento não chegaram às autoridades e àqueles que fazem essa séria denúncia.

Exigimos aqui, que, se instaurado um procedimento administrativo dentro da Academia Militar, para que esses expedientes arcaicos, que são herança nefasta da ditadura, sejam definitivamente afastados no trato com aqueles policiais, suboficiais, que terão a obrigação de zelar pela segurança da nossa comunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas para comunicar aos Srs. Deputados, que segunda e terça-feira, teremos Sessão na Assembleia Legislativa.

Já está comunicado pelo Presidente Hermas Brandão, e estamos reiterando essa comunicação.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou falar um pouco pelo Deputado Barbosa Neto, que quase não usa esta tribuna da Assembleia.

Então, vou falar por V. Exa. também.

(Lê):

“Venho a esta tribuna para trazer uma denúncia em forma de notícia. Os agentes penitenciários do Paraná promovem, nesta sexta-feira, uma paralisação de advertência por 24 horas, coordenada pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná, o SINDARSPEN. Eles querem com isso, chamar a atenção do Governo do Estado, para as precárias condições de trabalho, a desumana escala de trabalho (12x36), e a retomada das negociações, sem a qual, ameaçam uma greve por tempo indeterminado.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, temos acompanhado o drama da categoria e temos que concordar que é necessário a retomada das negociações, é preciso ouvir os agentes que querem o retorno da

jornada de, no regime 24 horas de trabalho, por 72 de descanso. Os dirigentes argumentam que na atual escala (12x36) é humanamente impossível extravasar o estresse acumulado pelas horas de trabalho. Alegam que doze horas são insuficientes para o desenvolvimento das atividades de diligenciamento e administração da massa carcerária, da mesma forma que 36 horas são insuficientes para a recuperação física e psicológica do agente.

Sr. Presidente, a defesa dessa tese dos dirigentes tem base científica respaldada em estudos de sociólogos e psicólogos intimamente ligados ao sistema prisional, conhecedores da problemática do sistema paranaense. Em nossa peregrinação pelo Estado, temos constatados a falha do sistema que o Governo Requião insiste em vender como imagem do sistema perfeito, com propagandas de mídia às custas do dinheiro público.

Por que o Governador não quer ouvir os dirigentes da SINDARSPEN? Por que não quer sentar-se à mesa de negociação com os representantes dos agentes? Temos conversado com o porta-voz do sindicato, o dirigente Clayton Agostinho, com o Giovanni Vizentin, e temos visto que seus argumentos são calcados em estudos científicos. O Estado precisa reconhecer aquilo que a ciência já reconhece.

Mas não, a arrogância do Governador, a arrogância de seus Secretários, torna cego um governo que não governa! Um governo que não reconhece seus erros e propaga a mentira! Na televisão governamental tudo é novela, tudo é perfeito! Por isso, apoiamos a greve de advertência dos agentes penitenciários!

Podem contar conosco!”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta é uma situação muito grave, e a greve de advertência de sexta-feira, por 24 horas, poderá trazer o caos no sistema penitenciário, aumentar a grave situação que passa o sistema prisional no Paraná.

Então, queremos aqui pedir ao Líder do Governo para que interceda, para que abra uma discussão, para que possamos evitar com isso uma paralisação definitiva que o sindicato vai realmente propor, se não for ouvido depois da paralisação de sexta-feira agora, por 24 horas.

O meu pronunciamento é este, com relação ao sindicato dos agentes penitenciários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na manhã de hoje eu fui procurado por um líder do Estado do Paraná, que me transmitiu, Deputado Plauto, e até de certa forma temos que refletir.

Ele disse: “Deputado, você no dia de ontem, na segunda-feira, fez referência sobre a precariedade das

rodovias do Estado do Paraná”. Lógico que eu me referia à BR-467, ligando a Lapa a São Mateus; eu me referia à BR-163, ligando Marechal Cândido Rondon a Guaíra; eu me referia à 272, ligando Guaíra a Francisco Beltrão; eu me referia também à ponte que está caída sobre a represa do Capivari; eu me referia sobre a interdição da rodovia São Mateus do Sul, na ponte sobre o rio Iguaçu; e também sobre a interdição agora da rodovia Francisco Alves a Guaíra. E aí o cidadão disse para mim: “mas Deputado, o Governador não disse que ele não consegue arrumar a estrada porque a rodovia é do Governo Federal, e o Governo Federal disse que é de responsabilidade do Governo do Estado?”

No mínimo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um fato curioso aconteceu. A partir de hoje a BR-467 está fechada, a comunidade iria fechar a BR. Mas não foi a comunidade, Srs. Deputados, que fechou a BR. Foi o Governo do Estado! E a informação que eu tive - posso até estar enganado, mas essa foi a informação que eu recebi, que o Governo do Estado havia trancado essa rodovia com terra, e colocado a própria Polícia Rodoviária Estadual, impedindo a passagem dos veículos na BR-467!

Aí eu pergunto, Deputado Scarpellini: se o Governo do Estado diz que a rodovia não é dele, é de responsabilidade do Governo Federal, como pode o Governo do Estado fechá-la? Alega ele que é uma questão de segurança! Ora, eu posso dizer, aqui da tribuna, Deputado Bradock, conclamar todos os paranaenses, qualquer rodovia estadual que está esburacada, tranca, porque ela oferece perigo! Se a rodovia é de responsabilidade do Governo Federal, cabe a ele trancar, ou à própria comunidade.

Entendo, se o Governo do Estado trancou a rodovia, a BR-467, se ele a fechou e colocou a Polícia Rodoviária impedindo que as pessoas passassem, entendo que o Governo assumiu a responsabilidade dessa rodovia! É no mínimo um fato curioso que deixou para que cada Deputado reflita sobre essa ação do Governo do Estado.

Está na CCJ um decreto legislativo de nossa autoria, que visa revogar um decreto do Governador do Estado em relação aos 20% da reserva legal e das matas ciliares. Esse decreto que o Governador assinou no final do ano passado, já caiu por terra, porque a FAEP entrou na Justiça e obteve a liminar suspendendo as exigências que o Governo do Estado estava impondo através de seu decreto junto aos cartórios de registro de imóveis.

Espero que, após o feriado da semana que vem, possamos liberar esse projeto e possa vir ao plenário esse decreto legislativo revogando definitivamente o decreto do Governador e beneficiando os nossos agricultores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

(**Declina**)

No Horário do PPS concedo a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recentemente tivemos na Câmara Municipal de Irati, uma reunião solicitada pela Comissão de Agricultura do Senado, para discutir a questão do fumo.

Uma discussão que nos espanta muito, porque diversas entidades ligadas a entidades de medicina lá estiveram com uma proposição de redução do plantio da área fumageira no Estado do Paraná.

Entendemos que o fumo causa mal à saúde. Agora, o que não entendemos é que mais uma vez, como já aconteceu na questão dos parques nacionais, venham ao Paraná pessoas que não conhecem a realidade, tentar propor que se vá reduzindo a área fumageira, sem apresentar uma outra proposta!

Sabemos que essa região é formada por pequenas propriedades de quatro, cinco alqueires e essas pessoas têm nesse cultivo a sua segurança para poder criar seus filhos. E vem alguém da Comissão de Agricultura dizendo que têm, rapidamente, que começar a reduzir. Ora, o que se vai propor?

Há pouco tempo, as pessoas achavam que a solução seria partirem alguns pedaços da sua área para silvicultura, como pinus, fazendo da indústria da madeira uma solução, como uma caderneta de poupança. Há alguns meses, estamos barrados pela falta de ação com relação à Portaria 31, que todos já estivemos discutindo no IAP, na Secretaria do Meio Ambiente, e que continua segurando qualquer tipo de iniciativa nessa área. Então, temos um impeditivo estadual.

Da mesma forma, vem uma comissão mista do Senado, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde, dizer a esses produtores que eles devem reduzir o seu modo de subsistência! Acho que nada está se fazendo em contrapartida, porque é muito fácil virem regras limitando, tirando o poder, dificultando a vida daquele que sobrevive no seu dia-a-dia daquele pedaço de terra. Nós, aqui, nas grandes cidades, dizemos que as pessoas têm que continuar vivendo lá, que não podem vir para as grandes cidades porque aqui não há empregos suficientes para elas e, ao mesmo tempo, o Governo Federal, e até mesmo o Governo Estadual, não facilitam a vida daquele que precisa, efetivamente, produzir para ali criar e gerar a sua riqueza.

Outro dia, ouvimos aqui a discussão da criação do Instituto de Terras, novamente, no Paraná. Acho que é algo muito interessante, mas não apenas para ter em vista essa questão da legalização. Há, sim, que se incrementar, junto com a EMATER, junto com todos os órgãos, a produção do nosso pequeno agricultor familiar. Temos que

começar a achar soluções para o nosso agricultor familiar, porque depois, quando o êxodo ocorrer, não adianta dizer que a violência nas grandes cidades está cada vez pior; que a questão da habitação nas grandes cidades não tem solução; que as favelas estão aumentando, quando vemos que não há, por parte do Governo Federal, uma política de incentivo, uma política que venha, verdadeiramente, dar essa subsistência.

A questão do milho e do feijão.

Todos eles sabem da variação, e nós também conhecemos a dificuldade desse pequeno produtor. Para as grandes áreas há solução: está aí a soja; está aí a soja transgênica; está aí a Monsanto; estão muitas pessoas preocupadas. Mas, como esse pequeno produtor, infelizmente, só vemos regras, condições cada vez mais difíceis para subsistência e, cada vez mais essas pessoas tendo dificuldade no seu dia-a-dia. Há pouco tempo, foi a questão do leite. Esta Assembléia tomou uma posição, fez uma CPI e, hoje, existe um programa do Governo Estadual de compra do leite relativamente estável, mas já começa a cair em algumas regiões trazendo preocupação a este agricultor familiar.

Eu queria trazer essa situação, porque parece-me que, em alguns momentos, esses assuntos passam muito à margem.

Lá na Câmara Municipal de Irati há a participação de todos os Vereadores, do seu Presidente, está aqui o Vereador Marcelo participando desta Sessão. É importante que se diga que todos os produtores estão extremamente preocupados.

Há necessidade de esta Assembléia se mobilizar e, talvez, chamar para cá uma audiência pública, uma discussão, através da Comissão de Agricultura, para que nesse assunto não tenhamos a mesma surpresa que tivemos quando o IBAMA criou os parques, da noite para o dia, dizendo que já estava consultada a população.

Queria deixar esse alerta a todos e, também, aproveitar o tempo que me resta para relatar que, ontem, participamos da reunião da Executiva Nacional do PPS e que lá se decidiu, juntamente com o PV e com o PDT, que independente das Comissões Parlamentares de Inquérito enviarem seus relatórios com a solicitação de cassação dos Deputados, que aparecem na famosa lista do Valério Duto. Esses partidos irão representar na Comissão de Ética, contra todos aqueles que constam dessas listas, porque entendem os nossos partidos que isto não pode ficar na operação abafa, que o Deputado Severino pretendia neste momento e que iria trazer, sem sombra de dúvida, uma sombra sobre todos os Parlamentos, e, o que é pior, trazer ao País ainda mais desilusão do que a do momento em que ele vive.

Trazer esta notícia que os partidos irão representar, independentemente, das conclusões das CPI's.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado, Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

No Horário do PDT, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

V. Exa. está inscrito no horário do PDT.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não anunciei. Está com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Se V. Exa. quiser fazer o uso da palavra...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Eu não teria pedido para falar no horário da Liderança, porque teria que ter a anuência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Estava anotado aqui o seu nome, por isso foi que o chamei.

Deputado Barbosa Neto, com a palavra.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Obrigado.

Agradeço a gentileza do nosso Deputado Neivo Beraldin, que foi nosso Líder e com o qual aprendemos a respeitar e admirar a sua conduta dentro deste plenário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Subo à tribuna mais uma vez na tarde de hoje, para registrar aqui o nosso desconforto em relação a essa medida de construção de usinas hidrelétricas, ao longo do Rio Tibagi. Posso ser interpretado como repetitivo, mas assumi esse compromisso e todas as vezes que eu tiver oportunidade subirei a esta tribuna, para deixar gravada nos Anais desta Casa, a minha posição.

Hoje quero abordar o aspecto antropológico, que ainda não discorremos sobre isso. As populações indígenas dos caingangues, que há milhares e milhares de anos habitam aquela região do Rio Tibagi, estarão sendo dizimadas, caso o Governo concretize a construção dessas famigeradas usinas hidrelétricas. No aspecto histórico, antropológico e arqueológico, os prejuízos seriam ainda maiores que os ambientais e ecológicos, causando o desequilíbrio da natureza daquela região, e, por consequência, de todo o Estado do Paraná. O clima - se essas hidrelétricas forem construídas - até aqui em Curitiba não será o mesmo, o que vai acontecer na cidade de Londrina, que além de ser abastecida pelo sistema Tibagi, vai sofrer nefastas consequências, em função de tudo isso.

É mais um golpe que querem colocar sobre os nossos verdadeiros donos da terra, que são os nossos irmãos indígenas. Primeiro, as populações que sempre defenderam as suas matas, os seus campos e rios dos invasores antes mesmo de os brancos chegarem à região no início do século XVI, porque os caingangues lá já se defendiam das tribos inimigas. Depois, teve a questão da busca de

metais preciosos que foram descobertos naquela região. Depois, uma tentativa de se encontrar uma rota alternativa para o Paraguai e o Peru. Depois, sofremos com os bandeirantes paulistas que também subjugaram os pobres índios caigangues. Posteriormente, descobriu-se ouro e diamantes ao longo do Rio Tibagi - desenvolveu-se por um lado, no aspecto econômico, mas atrasou hoje a região que está totalmente esquecida. Tivemos em São Jerônimo da Serra o esbulho da terra, ainda no governo Getúlio Vargas, de uma área total de 33.800 hectares e os índios de São Jerônimo ficaram apenas com 4840 hectares, em duas áreas separadas, o que foi um erro, porque dividiu essa tribo. Uma nova ameaça para os territórios dos caigangues no Tibagi surge no Governo Requião, a construção de usinas hidrelétricas, a necessidade ávida para se construir usinas hidrelétricas em um dos últimos rios virgens do Estado do Paraná. E não podemos permitir que esse espólio seja realizado contra os índios, contra a população e, principalmente, contra a natureza.

Que mundo deixaremos para nossos filhos, para nossos netos?

O Governo do Estado diz que essa é uma exigência do Governo Federal e sabemos que a própria ANEEL definiu isso, juntamente com reunião da sua Diretoria, mas o Governo do Estado tem que barrar essas construções. Precisamos de um estudo de impacto ambiental muito mais profundo do que esses que se apresentaram até o momento! Vamos continuar aqui, sempre que tivermos a oportunidade, lembrando essa questão.

E mais uma vez friso aqui, no momento em que se fala do cumprimento do Protocolo de Kyoto, do seqüestro de gás carbônico, da diminuição da agressão da camada de ozônio, do desequilíbrio da natureza, o Governo que se diz nacionalista, que enfrentou nas barras do Tribunal o Governo Federal quando foi instado à questão da soja transgênica, deveria se levantar diante dessa forma de exploração, porque o Paraná, que já tem as maiores terras alagadas de todo o nosso País, não pode ser o responsável por esse passivo ambiental que, com certeza, ficará para as futuras gerações do nosso Estado e, conseqüentemente, do nosso País, na área mais rica em biodiversidade de todo o nosso Estado.

Mais uma vez argüimos aqui a Constituição Estadual, que fala do encontro de alternativas de baixo impacto ambiental para a questão da energia. Cedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Barbosa, na verdade respeito a sua opinião, V. Exa. é Deputado e não é por acaso, mas pelo trabalho que tem, pelo prestígio com a população do Paraná. Mas, quero dizer a V. Exa. o seguinte: será que essa é a primeira usina que vai ser construída no País?

São centenas de usinas e imagino que até milhares, daqui a pouco, e é um processo que o Governo do Paraná com certeza não vai cair na irresponsabilidade de fazer,

contrariando as normas que existem para se construir, como essa.

Louvo a sua preocupação, claro. Mas, com certeza, se o Governo decidiu construir essa usina, vai tomar todas as providências e, com certeza, ela vai ser importante para o Paraná. Pior seria se o Governo não tomasse providências de decisão como essa, para atender à demanda de nosso Estado.

Então, quero tranquilizá-lo. Se isso ocorrer, com certeza, todas as providências sejam tomadas.

Muito obrigado, Deputado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte do Líder do Governo Roberto Requião nesta Casa, Deputado Dobrandino, que engrandece até mesmo o nosso pronunciamento. Mas, V. Exa. é de uma região onde foi construída a usina de Itaipu e sabe perfeitamente que, se por um lado houve benefício econômico, principalmente para outros Estados brasileiros, já que nós não consumimos nem 12% de tudo aquilo que é gerado em termos de energia elétrica, que vai para São Paulo, vai para o Paraguai e para outros Estados brasileiros, V. Exa. sabe do impacto ambiental do desequilíbrio da natureza.

É um ponto de vista que acolhemos, que respeitamos, mas sabemos que a tendência mundial é completamente outra. Hoje nenhum tipo de benefício econômico compensa o retorno financeiro, já que o prejuízo ambiental é muito grande.

Nós teremos a mortandade de 747 espécies; nós teremos, nessa região considerada de megabiodiversidade 5.5 do Estado, sendo alagado na construção dessas seis usinas hidrelétricas. Por que não outros rios de outros estados e não o Rio Tibagi, um rio virgem como os outros rios e que tem uma dedicação histórica, inclusive, com a nossa região?

Concedo um aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini e, na seqüência, ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Deputado Barbosa Neto.

Apenas para complementar a sua posição com relação às hidrelétricas do Tibagi, eu gostaria de dizer da incoerência do Estado do Paraná com relação a isso. Nós temos as PCHs, que são as Pequenas Centrais Hidrelétricas, que tiveram as licenças provisórias cassadas pelo Governo do Paraná. E a Promotória do Meio Ambiente, envolvida junto com o IAP, cassando as licenças que o Governo do Estado já havia dado e não permitindo a construção de mais de vinte Pequenas Centrais Hidrelétricas no Paraná, trazendo um prejuízo muito grande às empresas que acreditaram no apagão, às empresas que acreditam no Paraná, às empresas que acreditam que o Governo estava falando sério quando dizia que precisava construir as pequenas centrais hidrelétricas.

Estão aí os empresários, alguns já à beira da falência porque gastaram com os projetos, gastaram com a feitura e até aquisição de algumas áreas já para a implantação das suas Pequenas Centrais Hidrelétricas. E o Governo do Estado, com o Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, cassou as licenças que já estavam outorgadas provisoriamente. E com isso fez o setor do Brasil inteiro não acreditar mais no Paraná e fugirem daqui alguns investidores que poderiam estar contribuindo com as Pequenas Centrais Hidrelétricas e sendo distribuídas em pontos estratégicos do Paraná, ao invés de se construir projetos megalomaniacos.

Então, Deputado, o senhor está muito coerente com relação a isso. Não é porque se construiu Itaipu que hoje não vamos questionar a construção e o impacto ambiental! Tudo precisa ser visto até as Pequenas Centrais Hidrelétricas, sim, mas dizer que não vai ser a primeira e não vai ser a última a ser construída, mas precisa de uma atenção e precisa, sim, de projetos que possam causar o menor impacto possível, para o sistema em que vivemos, porque dependemos do sistema para dar continuidade à saúde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O seu tempo já esgotou.

Para concluir, Deputado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Infelizmente, peço desculpas ao Deputado José Maria Ferreira por não lhe conceder a palavra.

Agradeço aqui as palavras experientes do Deputado José Domingos Scarpellini.

E, só para corroborar e fechar o nosso discurso da tarde de hoje, Sr. Presidente, bem dito pelo Deputado José Domingos Scarpellini, nós temos a energia eólica, nós temos a questão do biodiesel, nós temos os biodigestores, o gás natural, que temos uma fonte inesgotável em Pitanga. Isso tudo está sendo desconsiderado por este Governo que diz que tem uma visão estratégica em relação ao País, mas que está esquecendo do seu próprio Estado.

Conseqüentemente, um governo assim não tem condições de, se não governar o nosso Estado, quanto menos nesse sonho de uma tarde de verão, de se candidatar a Presidente do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no horário das Lideranças: PFL, PT; PSDB. (**Declinam**)

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero formular uma Questão de Ordem a V. Exa. e passo a ler a minha questão de ordem dos fatos.

(**Lê**):

QUESTÃO DE ORDEM

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, eminente Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

Carlos Simões, Deputado Estadual, Líder do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, especialmente o artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, vem respeitosamente perante V. Exa., constituir Questão de Ordem, pelas razões de fato e de direito que passam a ser expostas.

I - Os Fatos

O PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, indicou para compor as Comissões Permanentes desta Casa, Deputados então pertencentes ao seu quadro de filiação.

Isso porque a Constituição Federal preocupou-se em determinar em seu artigo 58, parágrafo 1º que “na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa”.

Demais disso, o dispositivo fora igualmente colacionado pela Constituição do Estado do Paraná, in verbis:

“Art. 62. A Assembléia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Constituição, no Regimento Interno, ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º Na constituição da Mesa e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, ou dos blocos parlamentares que participam da Assembléia Legislativa.”

Ocorre que, em meados do corrente ano, o Deputado Ailton Araújo, então indicado pelo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro - para a composição da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça -, desta Casa, deixou o partido pelo qual fora indicado, não mais pertencendo a esta Bancada. Filiou-se, então, ao PPS - Partido Popular Socialista.

Com isso, restou configurada a desproporcionalidade, objeto da presente Questão de Ordem.

II. A Questão de Ordem

A dúvida concerne no procedimento a ser adotado pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a partir da saída do Deputado Ailton Araújo do PTB.

A Lei Federal nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre Partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição Federal, determina expressamente em seu artigo 26:

“Art. 26. Perde automaticamente a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o Parlamentar que deixar o Partido sob cuja legenda tenha sido eleito.”

Pois bem. Dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

“Seção VI

Das Vagas e Impedimentos

Art. 44. *As vagas nas comissões verificar-se-ão:*

.....

§ 6º *Será considerada vaga a cadeira de membro da Comissão quando o Deputado deixar o partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar, no prazo de dez dias, novo representante.*

Remetendo-se ao parágrafo 4º do mesmo artigo:

§ 4º *O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.”*

Sendo assim, Excelência, questiona-se acerca do cumprimento dos dispositivos epígrafados, além do disposto na Lei Federal 9.096/95, bem como a atual situação do Deputado Estadual Ailton Araújo e do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão de Constituição e Justiça.

III. Requerimento Final

Pelo exposto,

Considerando-se requerimento apresentado por este Deputado, o qual solicita a substituição do Deputado Ailton Araújo por Deputado pertencente ao PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;

Considerando-se o taxativo prazo do parágrafo 4º do artigo 44, do Regimento Interno;

Considerando-se a determinação do parágrafo 6º do artigo 44 do Regimento Interno e do artigo 26 da Lei Federal nº 9.096/95;

Considerando-se, ainda, a prerrogativa parlamentar prevista pelo parágrafo 4º do artigo 104 do Regimento Interno, “(em qualquer fase da Sessão poderá o Deputado solicitar ‘Pela Ordem’... para reclamar a observância de disposição expressa no Regimento Interno)”;

Requer seja dirimida a dúvida suscitada.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

Deputado Estadual

Líder do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

Sr. Presidente, encaminho esta Questão de ordem para que a Mesa, oficialmente, por escrito, responda a este Deputado.

Só lembrando um episódio, quando eu era Deputado do PFL, eu, saindo desse Partido, eu era membro da Comissão de Justiça desta Casa e fui substituído no dia seguinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Pela Ordem)

Eu gostaria de complementar a Questão de Ordem do Deputado Carlos Simões, pela Liderança do nosso Governo.

(Lê):

LIDERANÇA DO GOVERNO

Excelentíssimo Hermas Brandão, eminente Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

O Líder do Governo, em complementação à Questão de Ordem argüida pelo Líder do PTB, eminente Deputado Carlos Simões, acrescenta, ainda, que o artigo 27 do Regimento Interno estabelece o seguinte:

“Art. 27 Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados”. (grifo nosso).

Dessa forma, a Liderança do Governo entende que o Deputado Carlos Simões tem o direito de representar o Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, conforme solicitado por intermédio do Ofício nº 078/2005, de 23 de agosto de 2005, protocolado no Plenário desta Assembléia Legislativa pelo Líder do PTB.

(a) DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA

Líder do Governo

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa., Deputado Bradock, que proceda o encaminhamento da sua Questão de Ordem à Mesa.

Recebo a Questão de Ordem do Deputado Carlos Simões e determino que se protocole e encaminho à Procuradoria Jurídica da Assembléia para parecer e à Mesa Executiva, para deliberação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Quero cumprimentar o Deputado Bradock pela agilidade que a Liderança do Governo conseguiu, em segundos, transcrever também no papel a Questão de Ordem levantada pelo PTB.

O PTB levanta uma Questão de Ordem no Plenário e a Liderança do Governo através do Deputado Bradock, já vem em seguida endossando e por escrito a Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há Questão de Ordem a ser decidida.

O SR. AILTON ARAÚJO (PPS) (Questão de Ordem)

Em função de que fomos citados, só quero questionar o seguinte: quem é que determina nesta Assembléia Legislativa, se eu devo estar na Oposição ou se devo estar na Situação?

As questões têm que ser tratadas tecnicamente, aqui! O Regulamento diz: tanto quanto possível e é dado segundo a proporcionalidade. O PTB perdeu a proporcionalidade, o PTB perdeu Liderança nesta Casa, o PTB não tem mais Liderança nesta Casa porque não tem mais 4 Deputados! Para ter liderança tem que ter Deputado e, não tem Deputado, não tem liderança, não tem líder!

Não sei como a Casa vai receber essa Questão do Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Ailton Araújo, nós recebemos a Questão de Ordem porque foi devidamente encaminhada. Regimento o encaminhamento, e determinamos que fosse encaminhada à Procuradoria Jurídica da Assembléia para Parecer e à Mesa Executiva para deliberação.

Portanto, será assegurado o contra-ponto, a contra-posição e a contra-argumentação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, as Comissões internas da Casa são eleitas de 2 em 2 anos. Portanto, o Partido Político, quando indica alguém para fazer parte da CCJ, ele tem que ter quatro Deputados.

Em indicando, certamente esse Parlamentar ficará com direito a assento tanto na CCJ, como em qualquer Comissão, por dois anos. Não vejo como a questão do Deputado Ailton Araújo sofra de continuidade no sentido de ele permanecer.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Questão de Ordem**)

V. Exa. vai responder à Questão de Ordem, naturalmente, e não vou eu aqui querer induzir V. Exa., apenas fazendo um reparo à Questão de Ordem do Deputado Ailton Araújo. O Regimento Interno da Casa diz que a base para fazer a partilha da proporcionalidade é a da eleição, lá atrás em 2002. Tanto que o PMDB tem 12 Deputados nesta Casa, mas participa das Comissões como se tivesse oito, porque foram oito os Deputados eleitos pelo nosso Partido, na eleição de 2002. O PDT tem um Deputado, mas participa das Comissões como se tivesse quatro, porque foram quatro Deputados eleitos em 2002.

Portanto, a vaga é do PTB, conforme determina o Regimento Interno da Casa e como diz o Regimento Interno que o Partido é o dono da vaga nas Comissões, o Partido pode substituir a qualquer momento e além disso, Sr. Presidente, para ter uma Liderança constituída, quer dizer, com gabinete e com outras estruturas aqui dentro da Casa, precisa ter quatro Deputados. Agora, se o Partido que tem um ou dois Deputados pode naturalmente ter uma Liderança, sem que seja necessária a estruturação por parte desta Casa, então, na minha opinião, o Deputado Carlos Simões está absolutamente amparado legalmente para que a sua Questão de Ordem possa prosperar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência não vai mais conceder a palavra a respeito da Questão de Ordem porque ela não foi definida. Só fizemos o acolhimento, conforme diz o Regimento Interno. De nada adianta nós ficarmos discutindo, porque não será dado agora a resposta à Questão de Ordem.

Liderança do Governo: Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

Horário da Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje estive conversando com o Deputado Elio Rusch, a respeito da questão das estradas federais. Em Sessões anteriores, usamos da tribuna para trazer esclarecimentos do porquê de o Governo estar questionando o Estado em assumir a responsabilidade nas BR's, tornadas concessão do Governo Federal através do DENIT ao Governo do Estado, ao DER. No apagar das luzes de 2002 o Governo Federal, necessitando de fazer alguns ajustes em alguns Estados, repassou para outros quinze, trechos da malha rodoviária federal. Isso, mais precisamente, se concluiu no dia 26 de dezembro de 2002. Desse valores, coube ao Paraná, próximo a 130 milhões de reais e dos quais, 85 milhões foram aportados do caixa do Paraná, nos últimos dias do exercício de 2002.

O Paraná questionou que os recursos do então Governo Jaime Lerner não haviam sido aplicados e não aceitava assumir a responsabilidade da manutenção e conservação dos trechos das BR's que haviam sido conveniadas e concessionadas através do termo do dia 26 de dezembro.

O Governo Lula foi empossado em janeiro de 2003 e emitiu, na sequência, a Medida Provisória 82, que desobriga o Estado do Paraná a cumprir essa responsabilidade. Se existia um Termo de Cessão de Responsabilidade de Manutenção e Conservação, agora não existe mais, porque justamente a Medida Provisória 82 veio desfazer, veio retirar, veio anular a responsabilidade que o Estado do Paraná tinha assumido com a concessão recebida pelo Governador Jaime Lerner.

O que é mais grave, se é que nós podemos atribuir de responsabilidade, é verificar que o convênio assinado foi para despesas de capital de investimento. O que não pode, Deputado Stica, é pagar despesa corrente! A única responsabilidade que se tem que apurar é desvio de objeto. Veio o convênio para fazer manutenção de estradas e, ele teve, com certeza, outros destinos que não os da conservação das estradas, porque ele aportou que nos últimos dias, no exercício de 2002.

Por essa razão, é muito simples, o Estado do Paraná, com a atitude que está fazendo em recusar assumir a responsabilidade da preservação e da conservação dessas estradas, está, sim, respeitando o dinheiro do erário público paranaense. Se for responsabilidade do Governo Federal, é ele efetivamente que terá que alocar os recursos para poder fazer a conservação e a preservação das estradas, nesses trechos de BR's que cortam o nosso Estado.

Por esta razão, o Governo do Estado está consciente na defesa do interesse paranaense e do erário público. O que temos que fazer - aí, nós reconhecemos, a precariedade, a dificuldade, a urgência - é cobrar do Governo Federal a manutenção e a conservação dessas estradas.

Agora, cobrar do Governo do Estado a sua manutenção, é exigir demais e desrespeitar o erário público paranaense, porque esse o Governador Roberto Requião tem cuidado com zelo, com muita firmeza.

Com o aparte o Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Dentro do seu raciocínio, Deputado José Maria, eu lhe pergunto: em querer respeitar e preservar os recursos nossos, do Estado do Paraná, o Governo teria agido da mesma forma com o Porto de Paranaguá? Porque o Governo Federal, também, teria repassado recursos e feito uma obra, uma concorrência de R\$ 190 milhões, no Porto de Paranaguá, que foi cancelado e, o Paraná, infelizmente, perdeu R\$ 190 milhões de reais.

Com relação às rodovias, se os recursos, dois terços, um terço, dois quintos, quanto que foi repassado, a metade ou não, no Governo passado?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

V. Exa. sabe, sim, R\$ 85 milhões!

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Mas, quanto representa? Se for dois terços, um terço, não sei qual é o valor, o dinheiro entrou no cofre do Estado! Isso foi aplicado aonde, e foi aplicado devidamente?

Colocamos para V. Exa. que, quando o Governo assina um convênio, um contrato, ele representa a pessoa jurídica, representa o Estado, isso tem que ser honrado. Nós não podemos ficar culpando os governos passados, porque as estradas existem hoje. Não adianta fazer um pingue-pongue, alguém tem que fazer! Esse foi o nosso questionamento.

O que não pode acontecer, é que a população continue sofrendo, com relação à precariedade dessa rodovia.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Deputado Elio Rusch, nós já dissemos mais de uma vez, não existe convênio! O Governo do Estado não pode investir nessas estradas! Existe a Medida Provisória 82, editada pelo Governo do Presidente Lula, em que revoga a concessão dada no período de 2002.

Então, não tem que se falar de responsabilidade do Governo do Estado. Ele não é responsável e seria irresponsável, com o Tesouro, se estivesse fazendo investimentos, em cima dos trechos do Governo Federal! Até porque, seria ilegal; não existe nenhum instrumento que

obriga e responsabiliza o Governo do Estado, porque a MP 82 desobriga o Governo do Estado e cancela aquela presumida concessão dada anteriormente, porque ela foi nos últimos dias do exercício de 2003.

Com relação ao Porto de Paranaguá, V. Exa. sabe que o que teria que fazer o Governo, era dispor, desembolsar de recursos próprios, se o Porto de Paranaguá é um porto que gera receita. Ele não onera o erário público. O Porto de Paranaguá está realizando mais de sessenta milhões de reais em investimentos do seu sistema viário e não onerou em nenhum centavo o Tesouro do Estado.

O Sr. Nelson Justus (PFL) (aparte)

Agradeço Deputado, já na última Sessão fiquei de lhe trazer o resultado da minha consulta junto à Secretaria dos Transportes, mais propriamente ao ex-Secretário dos Transportes, e tive a oportunidade de, pessoalmente, já conversar com V. Exa. e o faço agora na tribuna porque realmente a história bate. No apagar das luzes do Governo Fernando Henrique, graças ao eminente paranaense e paranaense Euclides Scalco, o Estado recebeu junto aquele bolo que vários outros Estados iriam receber, a importância de 130 milhões: 85 que veio para o Governo passado e os cinquenta restantes entraram nesse Governo.

Realmente o Governo Federal, aqui entre nós, vetou, comeu bola, deixou um vácuo jurídico, porque a estrada, como ela se posiciona hoje, ela ainda pertence ao Governo Federal. O que temos que tomar muito cuidado é que não houve desvio de função da verba que veio para o Governo do Estado, mais propriamente dito, pela Secretaria dos Transportes, que estava pleitando, há um bom tempo, recursos junto ao Governo Federal. Não é de hoje que o Governo do Estado ajuda, coloca recursos em obras federais. Municípios fazem isso, às vezes, porque para o usuário pouco se me dá se o buraco é municipal, federal ou estadual! Ele quer ver o resultado! Imagino o que devem estar passando os usuários, moradores dessa região onde a estrada está interditada hoje. Tive oportunidade de passar por ela no domingo próximo passado; está intrafegável!

Então, bate o discurso de V. Exa; correto. O Estado recebeu 85 milhões do Governo passado. Este Governo recebeu mais 50 e em nenhum dos dois houve qualquer tipo de desvio de função pública, nada. Os dois investiram nas suas Secretarias, nos seus departamentos.

Agora, o que não se pode mais, é ficar protelando essa função e nós imaginamos que o Tribunal deva decidir com urgência quem deve resolver esse impasse.

Faço este aparte porque fiquei lhe devendo publicamente essa explicação, porque não tinha esses números naquele momento. Realmente o Governo passado recebeu e investiu 85 milhões, não na própria estrada, porque não teria como investir, se recebeu no dia 30 de dezembro, saiu de lá no dia 26 chegou no dia 30 de dezembro. No dia 30 não se investe mais até pela própria Lei. É bom que fique bem claro isso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Agradeço o aparte e sabia que, pela sua conduta, hoje, esse seria o comportamento que tomaria no plenário.

Ainda mantenho o desvio de objeto, porque se o convênio foi feito para a manutenção das estradas e chegou no dia 30, não tinha mais tempo físico para fazer a manutenção das estradas e o recurso não ficou na Secretaria, então ele foi, no mínimo, desvio de objeto! Esse desvio é mantido, é só procurar que nós vamos verificar que não havia feito os investimentos.

Tenho a resposta a dar ao Deputado Barbosa Neto, e só falo para correção de dados: a Bacia do Rio Tibagi é 13% do território paranaense e não pode a represa ocupar 5% do território do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Bühner.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

Só gostaria de registrar a presença de nossos amigos Giovani, da Secretaria de Planejamento e Milton Talamini, Secretário de Finanças do Município de São José dos Pinhais.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado, muito obrigado pela presença.

Com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna no dia de hoje, fazendo o possível e o impossível para não fazer a crítica aqui, mas para fazer um apelo aos Deputados Alexandre Cury e Antonio Anibelli, os dois Deputados que representam, junto conosco, a região de União da Vitória.

Todos sabem que sou Deputado de Oposição. Mas Deputado Anibelli e Deputado Alexandre Cury, está instalado o caos em União da Vitória e na região, porque hoje estava marcado uma manifestação das lideranças devido à má conservação da rodovia 476. O Governador - eu não quero aqui nem comentar o porquê da sua atitude - simplesmente interditou a rodovia, não avisando ninguém, quando todos sabiam que a manifestação seria no dia de hoje, à tarde! No final da tarde de ontem, depois do almoço, não sei que horas, o Governador mandou interditar a rodovia lá para São Mateus-União da Vitória. O que aconteceu? Todos nós sabemos que a rodovia, por estar em péssimas condições, mas transitável, nesse momento tem milhares de caminhões parados nos postos de gasolina, às margens das rodovias. Por quê? Tem caminhões que saem com a nota fiscal com o destino e por onde vai

transitar. E o que está acontecendo agora? Esses veículos estão tendo que se deslocar pela rodovia Frontin, Mallet, Rio Azul, Rebouças, Irati, e não tem como transitar devido à falta de documentação.

Mas, esse não é o caso. A receita está tentando resolver o problema lá, mas não tem gente suficiente para resolver. O grande problema é o seguinte: congestionou o trânsito de União da Vitória. Por quê? Porque não há como transitar na rodovia Paulo Frontin, Mallet, Rio Azul, Rebouças, Irati! Só hoje teve nove acidentes, porque ela não é uma rodovia de alto trânsito, ela não suporta o trânsito da 476! E eu acho que a atitude do Governador no objetivo de colaborar com o manifesto dos Prefeitos, das lideranças da região, eu até acredito que ele quis colaborar, mas, infelizmente a sua atitude prejudicou a região e está instalado lá o caos!

Acredito que com a liderança dos Deputados que representam aqui o Governador, uma ligação ao Governador neste momento, para que determine a abertura da rodovia, - que mesmo em péssimas condições, resolve o problema de momento, depois nós vamos discutir, ou vai ser discutido, se o buraco é do Governo Federal ou do Governo Estadual, mas neste momento, se faz necessário que o Governador tome uma medida, abra a rodovia, porque está instalado o caos, caminhões-frigoríficos estão parados, daqui a pouco começa a estragar as mercadorias!

E é o apelo que fazem os caminhoneiros e a economia daquela região.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(**Assentimento**)

Eu levarei imediatamente o seu apelo ao Governador. Já falamos com ele hoje pela manhã, como falamos ontem, junto ao Prefeito Hussen Bakri, nosso companheiro, seu companheiro de Partido, mais o meu vice, Dr. Motta, foram de acordo que fosse fechada a rodovia, porque o trânsito por Canoinhas também estava destruído e, principalmente a nossa estrada de São Mateus a São João do Triunfo/Palmeira. Como acontece em Frontin, Mallet, Rio Azul, Rebouças e Irati.

Sabemos dos problemas! O Prefeito Hussen me dizia: "o Governador é muito inteligente, ele se antecipou a nós, com o nosso aval e teve a sorte ainda de a chuva atrapalhar o fechamento das estradas na manhã de hoje". Ele se antecipou para que não ocorressem tantos desastres com a vinda da chuva do Rio Grande do Sul.

Isso para que Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo tomassem conhecimento da precariedade dessas estradas e do abandono do Governo Federal na nossa região.

Estou ligando já para o Governador que se encontra em Toledo, para que autorize o desbloqueio dessa rodovia.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É o apelo que faço a V. Exa., porque a manifestação faria um fechamento temporário. Agora vai fazer 24 horas que a rodovia está fechada. Imaginem Santa Catarina e todo o Paraná passando pela 476? O caos está instalado!

Os caminhões tomaram conta de União da Vitória, entraram na cidade. Porto União destruída, porque os caminhões estão passando por dentro da cidade para pegar a rodovia Canoinhas. E, de outro lado, a cidade na expectativa.

Estou procurando não ser crítico com a atitude do Governador, para procurar o bom senso, porque neste momento o bom senso é importantíssimo. Se até à noite não for aberta a rodovia amanhã será um caos em União da Vitória. O Governador poderia ter deixado a população fazer o manifesto, poderia ter ido lá, juntos faríamos a nossa manifestação.

Aguardamos o telefonema do Líder do PMDB, Deputado Antonio Anibelli ao Governador, e agradecemos, em nome da população de União da Vitória e todo o Sul do Estado do Paraná.

Espero a solução, pelo bem da nossa região.
Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 37 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Carlos Simões, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, encaminhando Questão de Ordem, pelas razões de fato e de direito que passam a ser expostas, especialmente o artigo 104 do Regimento Interno desta Casa. **Recebido. Procole-se. À Procuradoria, para Parecer. À Comissão Executiva para deliberar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Dobrandino da Silva, na qualidade de Líder do Governo, constante do expediente, encaminhando Questão de Ordem, argüida pelo Líder do PTB, Deputado Carlos Simões, acrescentando que o artigo 27 do Regimento Interno estabelece que a constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participam da Casa, na data da posse dos Srs. Deputados. **Recebido. Procole-se. À Procuradoria, para Parecer. À Comissão Executiva para deliberar.**

Expediente subscrito pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin, na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor a Frente Parlamentar

de acompanhamento de implantação de Usinas Hidrelétricas no Paraná. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2508, e autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar, como delegado, da 2ª Conferência Estadual das Cidades, dias 22 e 23 de setembro, na cidade de Foz do Iguaçu. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2550, e autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de setembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Betel de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui o Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 250/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Estadual de Direitos Humanos, a ser concedido, anualmente, pelo Estado, com apoio da iniciativa privada, a pessoas físicas ou jurídicas cujos trabalhos ou ações mereçam especial destaque nas áreas de promoção e defesa dos direitos humanos no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O prêmio a que se refere o *caput* deste artigo consistirá na concessão de diploma de quali-

ficação ou menção honrosa e, quando houver apoio da iniciativa privada, de quantia em dinheiro.

Art. 2º O Prêmio Estadual de Direitos Humanos será concedido às seguintes categorias:

I - organizações não-governamentais, compreendendo entidades de direito privado sem fins lucrativos regularmente estabelecidas no território nacional, notadamente dedicadas à promoção ou à defesa dos direitos humanos;

II - estudantes, compreendendo alunos regularmente matriculados em curso de nível secundário ou universitário, ministrados por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação, que apresentem monografias sobre o tema previamente estabelecido;

III - livre, compreendendo pessoas que mereceram especial destaque por ações, condutas ou atividades de promoção ou defesa dos direitos humanos, em vida ou *post-mortem*.

Art. 3º Caberá ao Conselho Estadual de Direitos Humanos a escolha da pessoa física ou jurídica que receberá o prêmio.

Art. 4º O Prêmio Estadual de Direitos Humanos será concedido no dia 12 de dezembro, data em que se comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, e por consequência o próprio Prêmio Estadual de Direitos Humanos.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 349/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que estabelece regras para anotação e registro de dados relativos a proprietários e aos condutores de veículos no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO
PROJETO DE LEI Nº 349/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Para os procedimentos de anotação e registro de dados relativos à propriedade e aos condutores de veículos cadastrados no Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, consideram-se como documentos hábeis à comprovação de residência ou domicílio:

I - contas de água, luz ou telefone, expedidas no prazo máximo de noventa dias;

II - documentos expedidos por órgãos oficiais das esferas Municipal, Estadual ou Federal, expedidas no prazo máximo de noventa dias;

III - contrato de locação de imóveis em nome do interessado, registrado em cartório;

IV - correspondência de Instituição bancária, pública ou privada, ou ainda de administradora de cartão de crédito, cuja identificação (nome, endereço do titular) esteja impressa no próprio envelope (devidamente carimbado pelos Correios), com data de expedição de no máximo noventa dias;

V - qualquer correspondência expedida com Aviso de Recebimento (AR) que identifique o nome e endereço do destinatário no próprio envelope, carimbado pelos Correios, com data de expedição de no máximo noventa dias;

VI - certidão simplificada no prazo de validade, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou cópia da Ata de Assembléia devidamente registrada, conforme dispuser a legislação específica, em se tratando de pessoa jurídica de direito privado;

VII - termo de declaração do interessado, contendo pelo menos duas testemunhas também residentes no município, cujos endereços estejam devidamente comprovados.

Parágrafo Único. As fotocópias de documentação poderão ser apresentadas sem a necessidade de autenticação, comprovando-se com os originais correspondentes.

Art. 2º A falsa declaração de domicílio para fins de registro, licenciamento ou habilitação está sujeita às sanções previstas no artigo 242 da Lei 9503/97 e no artigo 299 do Código Penal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 351/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Agudos do Sul, com sede e foro no Município de Agudos do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 351/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de

Agudos do Sul, com sede no Município de Agudos do Sul e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/2005, que objetiva criar o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociência - IRFA, sob vinculação à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), sendo: a de nº 01 de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão; e a de nº 02, Emenda Modificativa de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 367/2005

Art. 1º O inciso VIII do artigo 4º, do Projeto de Lei nº 367/2005, passa a vigor com a seguinte redação:

“VIII - dar suporte técnico para a definição dos limites dos municípios, do estado e dos distritos municipais demarcando com divisas claras e precisas, de modo a garantir a organização da divisão político-administrativa do Paraná, a eliminação ou prevenção de litígios;”

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Luiz Accorsi e Miltinho Pupio.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 367/2005, de autoria do Poder Executivo, através do inciso VIII, do artigo 4º, da proposta governamental invade competência exclusiva do Poder Legislativo quando pretende definir limites dos municípios, pois a criação de Municípios bem como a incorporação de áreas municipais é atribuição da Assembléia Legislativa, após consulta plebiscitária na forma expressa na Constituição do Estado.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Seção III

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 19. Lei complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de Município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei;

III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV - não-constituição de área encravada no Município de origem.

§ 2º O procedimento de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por cem eleitores das áreas interessadas, devidamente identificados.

§ 3º O projeto de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios apresentará a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 4º A aprovação do eleitorado, prevista no parágrafo 1º, II, deste artigo, dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 5º Se o comparecimento do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma sessão legislativa.” (grifo nosso)

Convém salientar que se o Poder Legislativo é quem apresenta a proposta de criação de unidade municipal, indicando os limites territoriais à unidade, somente lei de autoria, também, do Poder Legislativo poderá alterar tais limites.

Cumprida à Presidência da ALEP, a defesa da competência legislativa do Poder, na forma determinada pela Constituição Estadual:

“Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXIX - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa de outros Poderes;”

Em sendo assim, após exame da presente proposta de emenda pelas Comissões Temáticas pertinentes, conclamamos os nobres Pares desta Casa de Leis ao devido apoio.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Aonde se lê Instituto de Regularização Fundiária e Agrária - IRFA, leia-se Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC.

Sala das Sessões, em 31.08.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Reni Pereira, Geraldo Cartário, Miltinho Pupio e Luiz Accorsi.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Centro de Evangelização, Formação, Vivência e Acompanhamento Padre Arlindo Tomazi - CEFA, com sede e foro no Município de Terra Rica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Beneficente dos Oficiais de Justiça da Comarca de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Medicina e Ensino - AME, com sede e foro no Município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR Municipal de Fernandes Pinheiro, com sede e foro no Município de Fernandes Pinheiro. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 031/2005, de 25/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 209/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública o PROVOPAR Municipal de Fernandes Pinheiro, com sede e foro no Município de Fernandes Pinheiro.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 376/2005

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR Municipal de Fernandes Pinheiro, com sede no Município de Fernandes Pinheiro, e foro no Município de Teixeira Soares, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

Requerimento nº 2546, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 12, 13 e 14 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Apenas será feita a votação individual do item 11.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/2005, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente o valor devido ao FUNREJUS, por ato praticado nos escritórios de registro de títulos e documentos e pessoas jurídicas e altera dispositivos da Lei nº 12.216/98, modificados pela Lei nº 12.604/99. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 235/2004

Curitiba, 27 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 373/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 676/2003, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, face razões adiante expostas.

Visa o autógrafo autorizar o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná atualizar, por Decreto Judiciário, o valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, por ato praticado nos Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o parágrafo 2º, do artigo 1º.

O dispositivo vetado, que é decorrente de Emenda dessa Assembléia Legislativa, em matéria de iniciativa do Poder Judiciário, altera a sistemática de fiscalização do FUNREJUS, referente ao recolhimento das taxas pagas pelos contribuintes e dispensa os tabeliões de notas do “até a data da edição” da lei, de procederem comprovação do recolhimento das mesmas. Este posicionamento, não consulta aos superiores interesses da Administração e, tenho certeza, nem tampouco aos do Poder Judiciário, não tendo, portanto, merecido acolhimento.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 676/2003 encontra-se publicado no DA nº 129/2004, de 13.12.2004, em 1ª Discussão)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 05/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, objeto de voto do Governador, visa autorizar o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor devido ao FUNREJUS e altera dispositivos da Lei nº 12.216/98, modificados pela Lei nº 12.604/99.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à constitucionalidade e legalidade, verificamos que o veto foi apostado dentro do prazo legal e regimental.

Com relação à justificativa do Sr. Governador do Estado sobre o artigo vetado que contraria os interesses da Administração e, pela suposição, aos interesses do Poder Judiciário, ressaltamos, sim, que o parágrafo vetado vem de encontro aos interesses de todos os jurisdicionados, que por terem condições financeiras imediatas para o pagamento relativo ao FUNREJUS, no ato da escritura, deixam de fazê-la, tornando ilegal a negociação efetuada e trazendo de volta o sério problema do contrato de gaveta, que não garante a venda, podendo ser negociado, inclusive, mais de uma vez e, quando da morte de uma das partes, transforma o inventário em um grande problema para seus herdeiros.

Ademais, os valores relativos ao FUNREJUS não estão sendo dispensados, pois devem obrigatoriamente

serem apresentados quando do registro da escritura no cartório competente.

Sendo assim, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Solicito à Deputada Cida Borghetti, que proceda à Chamada Nominal para votação do referido Veto.

Atenção, Srs. Deputados, estamos votando o Veto do item 11.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à Chamada Nominal**)

Quarenta votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tivemos quarenta votos. Convido os Deputados Alexandre Curi, Nelson Garcia e Cesar Seleme, para o escrutínio.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, enquanto ocorre a apuração, a contagem dos votos, em algumas Sessões já tem sido levantado por alguns Deputados, a questão das represas a serem construídas na Bacia do Rio Tibagi.

Eu tive o privilégio, enquanto Prefeito, de construir neste Estado o maior consórcio ambiental em que congregou 39 municípios. Conheço bem a realidade e entendo que esta Assembléia deve discutir mais a questão, aprofundar mais, para que possamos ter uma visão mais apurada do que estamos falando e do que estamos vendo na região.

A Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Deputado Francisco Bühner, acha que seria interessante realizarmos aqui um simpósio junto com o Meio Ambiente, convidarmos aqui a SEMA, o IAP, a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, a COPEL, que é a grande interessada na execução da obra, e aqueles que porventura tiverem vendido a concessão, a outorga. Desta forma, entro em entendimento com o Deputado Francisco Bühner para que nós possamos fazer, realizarmos um seminário nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu acho a sua proposta muito importante, porque é um assunto que realmente tem que ser mais discutido nesta Casa. Acho que, através da Comissão de Meio Ambiente, nós poderíamos, não só marcar esse seminário, mas fazermos uma audiência pública, inclusive, para dar uma transparência maior à ação desta Casa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Muito obrigado, eu agradeço o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estou à disposição, depois vamos sentar e marcar o dia e fazer os convites.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, até para contribuir com essa discussão do Deputado José Maria, nós tivemos, no final do mês de junho, uma audiência pública discutindo esse assunto da construção das centrais hidrelétricas, aliás, uma audiência muito boa e com a participação tanto das pessoas que foram atingidas já pela construção de centrais, como por aquelas que temem a construção de novas. Aqui foi dado o encaminhamento de ser criada uma Frente Parlamentar e até o dia de ontem alguns Deputados colocaram os seus nomes à disposição e encaminhamos esse requerimento à Mesa. O Deputado José Maria faz parte, o Deputado Padre Paulo faz parte, esta Deputada faz parte, e também outro que manifestou o interesse foi o Deputado Augustinho Zucchi.

Se mais algum Deputado tiver interesse de participar dessa Comissão, eu gostaria que comunicasse à Mesa para que, na próxima semana, possamos já ter uma reunião para discutir isso. Nós sabemos que devido a esse motivo agora é urgente uma reunião dessa Comissão, dessa Frente Parlamentar para que possamos dar alguns encaminhamentos que ficaram pendentes naquela audiência pública realizada no mês de junho.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para sanar esse problema, eu acho que nós teríamos que mudar talvez o Regimento Interno e talvez a Constituição do Estado, no sentido de que o estudo de impacto ambiental, o RIMA, seja elaborado com as audiências públicas, seja feito o projeto dentro das condições técnicas, e que esta Casa - após essa realização do estudo técnico, de viabilidade técnica econômica e de impacto ambiental, - se manifeste politicamente baseada naquele estudo feito, sendo que hoje é ao contrário - nós estamos autorizando à Secretaria do Meio Ambiente, o IAP, a construção de uma usina hidrelétrica para que depois se procedam os estudos técnicos.

Então, há a necessidade de corrigir esta questão, porque nós temos que dar o nosso apoio político, sim ou não na construção desta ou daquela usina hidrelétrica, baseados num estudo de impacto ambiental que, evidentemente, do jeito que está hoje, nós estamos votando, autorizando, sem este estudo e dando um cheque em branco para que o IAP e a Secretaria procedam à construção ou não.

É mais que oportuno que a Presidência desta Casa apresente uma correção na Constituição do Estado, para que esta Casa se manifeste após o estudo de impacto ambiental desta ou daquela usina hidrelétrica.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta posição que V. Exa. coloca, realmente nós precisaríamos, inclusive, alterar a nossa Constituição Estadual. Eu acho que poderia partir desta Casa a proposta de alteração.

Resultado do Veto Parcial 05/2005, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça: o veto foi derrubado.

Pela derrubada do veto 33 votos.

Pela manutenção do veto, sete votos. **Está derrubado o Veto.**

Conforme requerimento aprovado, nós votaremos os itens 12, 13 e 14, em bloco.

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 043/2005, de veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 065/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2005, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.166 policiais militares, distribuídos pelos postos e graduações, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 050/2005

Curitiba, 11 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 25/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 065/2005, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo ficar em 20.166 policiais militares, o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o artigo 4º.

O referido artigo 4º foi vetado por indiscutível inconstitucionalidade, eis que, decorrendo de Emenda desta Casa de Leis e implicando em aumento de despesa, fere o artigo 68, inciso I, da Carta Estadual. Vale ressaltar que a medida, na versão original, foi por mim proposta usando da competência privativa que me é conferida pelo artigo 66, inciso III, da referida Constituição Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 065/2005 encontra-se publicado no DA nº 026/2005, de 13.04.2005, em Redação Final, Item 10, pág. 41).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL Nº 043/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente veto governamental é em relação ao artigo 4º, do Projeto de Lei nº 65/2005 aprovado neste Legislativo, decorrente de emenda de iniciativa do Deputado Elio Rusch, na proposição do Executivo Estadual que fixa o novo efetivo da Polícia Militar do Paraná, mas que originalmente não incluía tal dispositivo, ora vetado, e que tem a seguinte redação: “Será destinado ao Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon o número de contingente necessário para fins de efetivação dos objetivos da Lei nº 12.066, de 08 de fevereiro de 1998.”

A parte não vetada restou sancionada e recebeu a identificação de Lei nº 14.696, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 11 de maio de 2005.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição inconstitucional, uma vez que, na opinião do Governador, a iniciativa para propor norma neste sentido é competência privativa do Poder Executivo, nos termos do artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual.

Voto do Relator e sua fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se analisa se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional. A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 26 de abril de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 16 de maio de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabele-

cido no parágrafo primeiro do artigo 71 da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem formal, logo entendemos cabe a esta Comissão opinar pela justificativa da mesma.

Ao apreciar originalmente a proposição esta Comissão aprovou o voto de lavra deste parlamentar, que emitiu parecer pela constitucionalidade da proposição, com emenda que apenas corrigiu dispositivo concernente à revogação, para adaptar a proposição aos termos da Lei Complementar nº 95, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração de leis.

Na Comissão de Finanças foi aprovada emenda aditiva que inseriu o referido artigo, não retornando mais a esta Comissão para apreciar a constitucionalidade da emenda, o que restou apreciado, e aprovado, em plenária.

Em que pese o mérito da iniciativa parlamentar, nossa opinião é que de fato há razão nas razões do veto governamental, eis que a matéria, que importa na criação de uma nova unidade da Polícia Militar, no caso, de um Batalhão da Polícia Militar, no município de Marechal Cândido Rondon, somente pode ser proposta pelo Executivo, eis que de sua competência exclusiva.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente Veto, vez que apresentado na forma legal, devendo o feito ser remetido para apreciação no plenário desta Casa, e quanto às razões do veto, opinamos pela procedência de sua justificativa.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 051/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 025/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade da emissão da certidão de antecedentes criminais, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 079/2005

Curitiba, 15 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 94/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 025/2005, tendo em vista que, ensejando renúncia de receita, desobedece a Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, sendo, portanto, inconstitucional, por ferir o artigo 163 da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 025/2005 encontra-se publicado no DA nº 044/2005, de 17/05/2005, em Redação Final, Item 03, pág. 57).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 051/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 025/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, vetado pelo Governador do Estado, dispõe sobre a gratuidade da emissão da certidão de antecedentes criminais, e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 03.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que institui o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - FUNPREVIVE. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 080/2005

Curitiba, 15 de junho de 2005.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 078/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VIII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 009/2004, por julgá-lo inconstitucional, eis que, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o preceito contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 009/2004 encontra-se publicado no DA nº 043/2005, de 16/05/2005, em Redação Final, Item 06, pág. 41).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 009/2004

P A R E C E R :

O Executivo, usando das prerrogativas da Constituição Estadual, vetou o Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que institui o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - FUNPREVIVE.

As exigências do artigo 71, parágrafo 1º, combinado com o artigo 87, inciso VII, ambos da Constituição Estadual foram respeitadas, estando o veto em condições de ser apreciado.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

Solicito à Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária desta Casa, a chamada dos Srs. Parlamentares.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à chamada**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta e quatro Srs. Deputados votaram.

Convido os Srs. Deputados Bradock e Luiz Nishimori para fazer a contagem dos votos.

(**É procedido o escrutínio**)

Anunciando o resultado da votação dos vetos: pela derrubada dos vetos: nove votos; pela manutenção dos vetos: 21 votos; brancos: três.

Estão mantidos os vetos referentes aos itens 12, 13 e 14 da pauta.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2497, 2499, 2500 a 2502, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.**

Quero justificar. Deputado Valdir Leite, estou pedindo o arquivamento dos cinco projetos que V. Exa. apresentou, porque já são leis anteriores. Não há razão para tramitação nesta Casa.

Os Deputados que aprovam os cinco requerimentos pedindo os arquivamentos, mantenham-se como estão.

Aprovados.

Requerimentos nºs 2498 e 2548, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2507, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2514, 2515, 2541 e 2552, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2535, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 2518, 2519, 2551, 2553 a 2555 e 2562, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2520, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2524, 2563 a 2565, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2526 e 2527, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2528 e 2540, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2529, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2530 a 2532 e 2542 a 2545, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2536 a 2539, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2547, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2556, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2559 a 2561, de autoria da Sra. Deputada Arlete Caramês, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término desta Casa, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 392, 430, 435, 436, 480, 482 e 490/2005 e do Projeto de Resolução nº 014/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 033 e 034/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DA SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI, EM SESSÃO DO DIA 31/08/2005.

“Carta de Curitiba”

Reunidos em Curitiba entre os dias 24 e 27 de agosto de 2005, no III Congresso Brasileiro de Direito Internacional, profissionais de todas as carreiras jurídicas, professores, pesquisadores, diplomatas e estudantes, após os debates e palestras sobre diversos temas atuais do Direito Internacional;

- levando em conta a dinamização das relações internacionais, interpessoais e comerciais entre Estados, indivíduos e empresas;

- objetivando a necessidade de avanço científico e doutrinário no estudo do Direito Internacional no Brasil e sua adequação à realidade política internacional contemporânea;

- tendo em vista a necessidade de adequação do direito brasileiro às regras pactuadas e celebradas no plano internacional;

- considerando a necessidade da ampliação do debate sobre temas vinculados ao direito internacional no Brasil;

D E C I D E M :

1. reafirmar a importância do Direito como garantia de estabilidade das relações entre Estados, como perspectiva de cumprimento dos compromissos e sobretudo como guardião da segurança jurídica, princípio de repercussão econômica inestimável para o Estado Brasileiro;

2. louvando a inserção do Direito Internacional entre os conteúdos essenciais para a graduação em Direito na Resolução nº 04/2004, recomendar às Instituições de Ensino Superior a sua estruturação em pelo menos duas disciplinas, uma dedicada ao Direito Internacional Público e outra ao Direito Internacional Privado, com carga horária não inferior a sessenta horas-aula cada uma;

3. sugerir, ainda, o oferecimento, entre as optativas dos cursos de Direito, de disciplinas dedicadas a áreas específicas do Direito Internacional;

4. propor que se fortaleça o estudo do Direito Internacional como conteúdo obrigatório para as graduações em Relações Internacionais e Comércio Exterior, entre outras áreas de estudo;

5. urgir às Instituições de Ensino Superior a alocação para as disciplinas de Direito Internacional de professores com formação adequada e aderência à área;

6. recomendar que os exames de ingresso a carreiras públicas e da advocacia incluam questões sobre conteúdos de Direito Internacional;

7. fomentar a idéia do fortalecimento da integração latino-americana, inclusive com o aprofundamento do processo de integração do MERCOSUL através da consolidação jurídica de suas instituições e normas;

8. clamar por uma maior jurisdicização do MERCOSUL, com a consolidação e maior legibilidade do seu acervo normativo e o fortalecimento da Secretaria Técnica como órgão independente, e também no desenvolvimento da função jurisdicional e a aplicabilidade imediata do Direito da Integração;

9. reiterar a assertiva da Carta de Curitiba de 2004 relativa à criação de uma comissão governamental para reelaboração das regras sobre a aplicação do Direito, disciplinadas na Lei de Introdução ao Código Civil;

10. alertar para as dificuldades de interpretação atinentes aos dois parágrafos do artigo 5º da Constituição Federal introduzidos pela Emenda nº 45/2004 e de sua equivocada redação e por isso recomendar que os órgãos do Executivo e do Legislativo Federal promovam e insiram a discussão acadêmica dos textos de Tratados e Convenções, inclusive com a participação de juristas na negociação dos referidos documentos;

11. sugerir que o Poder Executivo formule, com a participação da comunidade acadêmica um projeto de lei que regulamente, com clareza, o processo de celebração de Tratados no Brasil;

12. intensificar o diálogo dos órgãos do Executivo Federal, especialmente o Ministério das Relações Exteriores, com a comunidade acadêmica;

13. encorajar a criação de um Fundo para Pesquisas em Direito Internacional, de adesão voluntária pelas instituições em ensino, para fomentar a criação de núcleos de pesquisas e estudos (projeto em anexo);

14. requerer a atenção da sociedade brasileira e de seus representantes para importantes projetos em tramitação no Congresso Nacional, em particular o de regulamentação do uso das terras situadas na Amazônia brasileira, sugerindo a realização de seminários e audiências públicas com a presença de representantes do meio acadêmico e juristas reconhecidos nessas áreas de especialização;

15. chamar a atenção do governo brasileiro para que se empenhe politicamente na inserção e na manutenção de juristas brasileiros nos Tribunais Internacionais em seus mais variados foros, e pela sua importância como mecanismo de representação do pensamento jurídico brasileiro nestes organismos;

16. considerando a importância da aviação civil para a integração do País e a necessidade de um novo marco legal, regulatório e organizacional para a coerência da política aerocomercial nacional, salientam a importância da capacitação em Direito Internacional e da Aviação para os profissionais da Agência Nacional de Aviação Civil;

17. exortar às autoridades públicas a adotarem medidas legais e administrativas eficientes para a gestão de águas transfronteiriças, notadamente no que se relacione ao uso das mesmas para fins distintos da navegação;

18. estimular a difusão do Direito Comparado nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito, objetivando aperfeiçoar as instituições jurídico-políticas e colaborar para a integração regional;

19. convocar o 4º Congresso Brasileiro de Direito Internacional para realizar-se na cidade de Curitiba, entre os dias 23 e 26 de agosto de 2006.

Feita em Curitiba, em 27 de agosto de 2005.”

